



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Mariana Gomes Miéres

**CAPITALISMO MONOPOLISTA, SERVIÇO SOCIAL E SINCRETISMO:  
A ESTRUTURA SINCRÉTICA DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Rio de Janeiro

2015

Mariana Gomes Miéres

Capitalismo Monopolista, Serviço Social e Sincretismo:  
A Estrutura Sincrética da Prática Profissional na Assistência Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Serviço Social da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de bacharel em  
Serviço Social.

Orientador: Marcelo Braz Moraes dos Reis.

Rio de Janeiro

2015

## Agradecimentos

Existem muitas pessoas as quais devo agradecer por ter conseguido concluir mais essa etapa da minha vida e que fizeram toda a diferença para que eu pudesse terminar esse curso e conquistar tudo o que tenho conquistado até aqui. Como acredito que em certas ocasiões palavras nunca são o bastante e nunca dizem tudo, essa é apenas uma forma que encontrei de agradecer.

Primeiramente, agradeço às três pessoas sem as quais eu não teria chegado até aqui. Meu pai João Mario, minha mãe Deise e minha “vó” Aldema. Obrigada pela paciência, por todos os conselhos e por acreditarem em mim, mesmo quando eu não acreditei.

Agradeço a minha “vó” pelo apoio constante, pelas palavras de incentivo e por me tranquilizar quando precisei enfrentar algum desafio.

Agradeço ao meu pai pela força, encorajamento e por todo o esforço dedicado a mim, não só para que eu conseguisse concluir esse curso e tivesse, desde sempre, as melhores oportunidades de estudo, mas também por todo “empurrão” que me deu na vida e por tudo o que me ensinou.

Agradeço a minha mãe pela dedicação, compreensão e consolo em todos os momentos difíceis. Pelas palavras de apoio e por zelar sempre por mim. Por estar ao meu lado em cada tropeço e por me levantar.

À vocês três agradeço por todo amor e amparo.

Agradeço ao meu irmão Rafael pelas gargalhadas e brincadeiras. A vida ficou bem mais fácil e agradável por causa delas. Por me fazer questionar muitas coisas e por estar ao meu lado apesar das nossas inúmeras brigas, sem as quais, devo confessar, tudo seria muito sem graça.

Agradeço a minha tia Telma por escutar meus desabafos, inseguranças e por me ajudar sempre. Pelas inúmeras pizzas e conversas até tarde da noite. Obrigada pela sua amizade.

Agradeço a minha prima Dani pelas praias, risadas e passeios. Obrigada pelo apoio e amor que sempre me dedicou.

Agradeço ao meu tio Esio pelo amparo constante e pelas palavras de incentivo. Por todos os churrascos, jogos do Botafogo, partidas de tranca e cavalgadas.

Agradeço aos amigos de muito tempo e aqueles mais recentes. Aprendi com todos eles. Aos amigos da época de escola, pelos momentos de diversão. Vocês tornaram a vida bem mais leve. Agradeço à Paula, minha amiga de infância que sempre esteve ao meu lado, pelas risadas, passeios de bicicleta e por me divertir com seus sonhos loucos no caminho para a escola. E por cantar comigo “Faroeste Caboclo” até o fim sempre! RS!

Agradeço aos amigos que fiz na faculdade durante esses quatro anos. Obrigada pelas risadas, por todo o apoio e por sempre torcerem por mim. Agradeço principalmente a Carla e Amanda.

Agradeço à Carla, amiga de pouco tempo mas que soube conquistar minha amizade, por seus conselhos e por toda a ajuda durante esses quatro anos. Por sua consideração e preocupação. E pelas inúmeras risadas e almoços no Rio Sul. Nos vemos no mestrado! RS!

Agradeço à Amanda, minha companheira de pesquisa, OTP, lanches, almoços e muitos chocolates, por escutar meus desabafos e me incentivar sempre. Por falar o que não quero ouvir mas preciso.

Aos amigos que não mencionei. Vocês sabem quem são. A vida ficou bem mais suave por causa de vocês. Obrigada.

Agradeço ao mestre e amigo Marcelo Braz a quem admiro e em quem me espelho para ser uma boa professora. Obrigada por seu incentivo e por seus conselhos. Por sua amizade e por tudo o que me ensinou. Pelas palavras certas no momento difícil. Por acreditar em mim e pelas inúmeras oportunidades de aprender.

Por fim, agradeço a Deus e a espiritualidade pela força e por me manter de pé mesmo quando eu desacreditei. Por iluminar o meu caminho.

Me sinto privilegiada por ter todas essas pessoas na minha vida. E sem elas com certeza não teria caminhado até aqui. Um escritor russo que admiro escreveu em um de seus livros: “Nada passa. Acredito que nada passa sem deixar marcas e que cada pequeno passo nosso tem um significado para a vida presente e futura” (Tchekhov). Acredito nisso e por isso, por cada pequeno e grande passo que dei, à todos vocês: *Obrigada!*

O que será que será  
Que dá dentro da gente e não devia  
Que desacata a gente, que é revelia  
Que é feito uma aguardente que não sacia  
Que feito estar doente de uma folia  
Que nem dez mandamentos vão conciliar  
Nem todos os unguentos vão aliviar  
Nem todos os quebrantos, toda alquimia  
Que nem todos os santos, será que será  
O que não tem descanso, nem nunca terá  
O que não tem cansaço, nem nunca terá  
O que não tem limite

(Chico Buarque)

## Resumo

MIÉRES, Mariana Gomes. **Capitalismo Monopolista, Serviço Social e Sincretismo: A Estrutura Sincrética da Prática Profissional na Assistência Social**. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Estudo acerca da estrutura sincrética do Serviço Social no terreno de sua prática profissional na área da assistência social e que se traduz na inespecificidade profissional, a partir da discussão a respeito da prática indiferenciada e da manipulação de variáveis empíricas. Partimos do pressuposto de que a dinâmica do capitalismo monopolista, em sua fase atual, bem como o papel do Estado e suas características a partir da ofensiva neoliberal, interferem diretamente para reiterar/reafirmar, atualizando e intensificando esse sincretismo, uma vez que tal estrutura sincrética já se coloca desde a gênese da profissão sob o capitalismo monopolista. Somando-se o cotidiano, enquanto horizonte do exercício profissional; a “questão social” enquanto eixo de demandas histórico-sociais do Serviço Social e, a manipulação de variáveis empíricas enquanto sua forma operativa, temos o cenário que põe os fundamentos da estrutura sincrética da prática profissional. O presente trabalho constitui, portanto, um primeiro passo no sentido de tentar desvendar como tem se apresentado o sincretismo da prática do Serviço Social na atualidade, mais especificamente na área da assistência social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>1 CAPITALISMO MONOPOLISTA, FETICHISMO DA MERCADORIA E COTIDIANO</b>	9
1.1 IMPERIALISMO, ESTADO E “QUESTÃO SOCIAL”	9
1.2 FETICHISMO DA MERCADORIA E COTIDIANO	24
<b>2 SERVIÇO SOCIAL E SINCRETISMO</b>	30
2.1 SINCRETISMO IDEOLÓGICO E TEÓRICO	30
2.2 SINCRETISMO DA PRÁTICA PROFISSIONAL	35
<b>3 “QUESTÃO SOCIAL” NA CONTEMPORANEIDADE: ESTADO E POLÍTICA SOCIAL</b>	40
<b>4 SINCRETISMO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	80
<b>REFERÊNCIAS</b>	82

## Introdução

Pretendemos investigar como tem se apresentado na atualidade a estrutura sincrética do Serviço Social no terreno de sua prática profissional na área da assistência social e que se traduz na inespecificidade profissional. Temos como hipótese a idéia de que a dinâmica do capitalismo monopolista, em sua fase atual, bem como o papel do Estado e suas características a partir da ofensiva neoliberal, interferem diretamente para reiterar/reafirmar, atualizando e intensificando esse sincretismo, uma vez que tal estrutura sincrética já se coloca desde a gênese da profissão sob o capitalismo monopolista. Destacamos que partimos da tese de José Paulo Netto em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social (2011)* em que o autor trata das três formas de sincretismo: teórico, ideológico e da prática.

O estudo do sincretismo no campo da prática profissional é de extrema relevância já que essa discussão está ligada às inquietações dos assistentes sociais e dos estudantes de Serviço Social no que diz respeito à imprecisão da profissão (o que é, o que faz), o que nada mais é do que a inespecificidade da prática profissional, em que a especificidade se converte em incógnita para esses profissionais. Segundo Netto (2011), o específico da profissão é justamente a inespecificidade da prática.

Esse assunto deve ser problematizado, portanto, não só com o objetivo de avançar no debate na academia, mas também para os assistentes sociais que estão na prática, pois estes acabam vivenciando as angústias trazidas por essa inespecificidade, em que é comum se perguntarem se o seu trabalho não poderia ser desenvolvido por outro profissional que não um assistente social. Essa realidade se traduz na busca por esses profissionais quanto ao que lhes compete ou não nas diversas instituições em que estão inseridos, tentando apreender o que é específico



do Serviço Social, o que muitas vezes se converte em uma crise de identidade profissional.

Não pretendemos aqui descaracterizar ou diminuir a importância do assistente social nas instituições em que atua ao dizer que não há especificidade quanto às suas ações, pois essa característica pode se converter em estratégia profissional, em que a polivalência (uma expressão do sincretismo da prática profissional), pode possibilitar, por exemplo, a ocupação de espaços profissionais emergentes. Além do fato de que ao realizar atividades/funções que poderiam ser desempenhadas por outros profissionais, o assistente social tem duas opções: fazer o que lhe é demandado da maneira em que foi posto e que poderia ser feito por um outro profissional, ou através da sua formação acadêmica, possibilitar contribuições, se utilizando de seu arcabouço teórico-metodológico e técnico-interventivo para modificar a forma de intervenção a ser realizada. Dessa forma, responderá a demanda que lhe é requisitada, mas de uma forma diferente e que por conta da sua formação não poderia ser desempenhada por um outro profissional.

Nesse sentido, tendo a acreditar que a inespecificidade da prática profissional mais do que pontos negativos traz também aspectos positivos.

Antes de nos determos no estudo do sincretismo da prática profissional, faremos uma breve análise sobre o capitalismo monopolista, em seguida discutiremos as principais mudanças ocorridas no contexto pós crise de 1970 e o avanço do neoliberalismo, bem como os impactos desse cenário nas políticas sociais, especialmente na assistência social.

## 1 Capitalismo monopolista, fetichismo da mercadoria e cotidiano

“A fábrica tinha devorado a jornada, as máquinas tinham sugado dos músculos dos homens todas as forças de que tiveram necessidade. Um dia mais tinha sido riscado da vida deles; os homens tinham dado mais um passo para o túmulo, [...]. Não havia palavra, pensamento que não dissesse respeito ao trabalho.”

*Gorki*

### 1.1 Imperialismo, Estado e "questão social"

Para entender a constituição do Serviço Social como profissão, seu desenvolvimento e conseqüentemente a estrutura sincrética de sua prática profissional, é necessário compreender o processo de consolidação da ordem monopólica e seus determinantes políticos, econômicos e sociais, bem como suas características na contemporaneidade. Partimos do pressuposto de que

a premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 19)

Sabemos que o Serviço Social surge para intervir na “questão social” através das políticas sociais que possuem um caráter contraditório, atendendo tanto os interesses do capital quanto as demandas dos trabalhadores. É preciso notar que, no interior da sociedade burguesa, existe uma fragmentação da “questão social” em “questões sociais”, na qual suas expressões são vistas como problemas sociais de forma fragmentada e individualizante. Dessa forma, não se leva em consideração o caráter político e econômico que determina a “questão social”, que tem na lei geral da acumulação capitalista a sua base, em que a contradição entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza produzida é cada vez mais profunda.

Dessa forma, nesse primeiro capítulo nos propomos a realizar uma breve

análise do desenvolvimento do capitalismo monopolista e suas principais características.

Nos últimos anos do século XIX o capitalismo passou por profundas transformações, ingressando em seu estágio imperialista, ou seja, ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo monopolista. Contudo, segundo Netto (2011), apesar das modificações que incidem em sua dinâmica econômica, na estrutura social e nas instâncias políticas, o capitalismo dos monopólios mantém o seu caráter essencial, baseado nas contradições próprias da ordem burguesa, em que esta atinge nesse estágio a sua maturidade histórica, ao mesmo tempo em que as contradições fundamentais do modo de produção capitalista se potenciam. Como destacou Mandel (1969), o capitalismo dos monopólios não só acentua todas as contradições clássicas do capitalismo, ainda acrescenta também novas contradições.

No imperialismo, a concentração da produção e do capital se desenvolveu a um grau tão elevado que acabou dando origem aos monopólios. Nesse sentido, destacamos que "a livre concorrência gera a concentração da produção e a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio" (LÊNIN, 2010, p. 21). E mais, segundo Lênin, "concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que esse conceito encerra" (2010, p. 47).

Dessa forma, nesse novo estágio, o processo de acumulação de capital se altera tendendo a se elevar. A tendência é que predomine a concentração e centralização de capitais através da fusão de grandes empresas, dando origem assim aos monopólios, em que o objetivo é aumentar os lucros pelo controle dos

mercados. A concorrência entre pequenas empresas, verificada na fase concorrencial do capitalismo, cede lugar a uma acirrada disputa entre os grandes conglomerados empresariais. Notamos então, o processo da formação de combinações, formas de organização destinadas a aumentar os lucros por meio do controle de mercados, com o objetivo de dominar a concorrência. Entre estas organizações podemos citar a formação de cartéis, trustes e as fusões.

Nesse contexto a “livre concorrência” é substituída por uma concorrência profunda entre os grupos monopolistas a fim de garantir o controle dos mercados e os lucros capitalistas, ou seja, a concorrência entre as pequenas empresas cede lugar a uma concorrência ferrenha entre as grandes organizações monopolistas. Dessa forma, Lênin acentua que

a livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio" e mais, "os monopólios que derivam da livre concorrência não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos. (2010, p. 87)

Percebemos, portanto, que a formação dos monopólios não se constitui em um ato meramente consciente e produto das vontades do capitalista, mas antes corresponde ao movimento engendrado na estrutura do próprio modo de produção capitalista, que a partir das necessidades que surgiram com o seu desenvolvimento, entre elas a necessidade sempre crescente de obter lucros e acumular capital, gerou o que denominamos hoje de monopólios. Assim, "ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, conduz diretamente ao monopólio." (LÊNIN, 2010, p. 18)

No que diz respeito ao processo de centralização, este pode ocorrer, como pontuou Sweezy, através da luta da concorrência, em que uma grande empresa

assimila outra menor, ou por intermédio do sistema de créditos, o que significa a "fusão de um certo número de capitais já existentes ou em processo de formação pela estrada mais suave da formação de sociedades por ações" que "é o método mais rápido de ampliar a escala de produção" (1983, p. 198). Vale destacar que, "a grande sociedade anônima não significa, nem a democratização nem a abolição das funções de controle da propriedade, mas sua concentração num pequeno grupo de grandes donos de propriedade", assim, "grande maioria dos proprietários perde o controle em favor de uma pequena minoria de proprietários" (SWEEZY, 1983, p. 202).

Ainda quanto ao processo de centralização, cabe destacar que em sua fase superior, esta passa a ter como característica não apenas a fusão entre empresas, dando origem aos monopólios, mas também se constitui em uma forma de anexação imperialista, contribuindo para a absorção de países inteiros. Dessa forma,

a época do capitalismo financeiro subverte tudo. O centro de gravidade passa a situar-se na concorrência que se fazem corpos econômicos gigantescos, coerentes e organizados, armados de enorme faculdade de combate, no certame mundial das nações. A concorrência entrega-se a suas orgias mais desregradas. O processo de centralização do capital transforma-se e inicia uma fase superior. A absorção de pequenos capitais, dos trustes demasiado fracos e mesmo dos grandes trustes passa a segundo plano e parece um simples brinquedo diante da absorção de países inteiros, isolados, pela violência de seus centros econômicos, e integrados no sistema econômico das nações vitoriosas. (BUKHARIN, 1988, p. 112)

Nesse sentido, ressaltamos que a partilha econômica e territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas se constitui em um dos traços principais do capitalismo em sua fase imperialista.

É importante frisar que com a formação dos monopólios a socialização da produção se torna cada vez maior. Logo,

o capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização privada. (LÊNIN, 2010, p. 26)

Mas lembramos que mesmo com a produção cada vez mais socializada, a apropriação da riqueza continua cada vez mais privada, estando os meios de produção nas mãos de um reduzido número de proprietários e, nisso consiste a contradição fundamental do modo de produção capitalista.

Uma das principais características do capitalismo monopolista é que, nessa fase, ganha destaque o capital financeiro (fusão do grande capital industrial com o grande capital bancário), assumindo este um papel decisivo. Segundo Lênin,

o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (2010, p. 88)

Vale destacar nesse cenário o surgimento de uma oligarquia financeira ou, como caracterizou Netto (2011), uma burguesia de natureza parasitária que não administra mais os seus negócios, delegando essa função a executivos, por exemplo. Nesse sentido, Mandel vai dizer que

el capitalismo de los monopolios es la transformación de una parte de la clase burguesa en rentistas y "cortadores de cupones" [...] La separación de la burguesía en burguesía industrial y en burguesía rentista se prolonga en separación entre los dirigentes técnicos efectivos del proceso de producción y de distribución de mercancías, y los principales proveedores de fondos y "organizadores" financieros. La función de la propiedad y la función de la gestión se separan cada vez más. La burguesía de los monopolios representa el tipo más puro de burguesía, [...] (1969, p. 57)

Ainda quanto às características do imperialismo, Lênin assinala que, "o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentier e da oligarquia financeira, a situação de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes." (2010, p. 59)

Outro traço típico do capitalismo dos monopólios é o fenômeno da supercapitalização, em que o capital acumulado encontra dificuldades de valorização. Mandel (1982) vai dizer que a característica básica do capitalismo tardio é a supercapitalização, a existência de capitais excedentes não investidos. Para

entender este processo é necessário compreender como se dá a acumulação de capital. Lembramos que,

a forma típica da reprodução do modo de produção capitalista é a reprodução ampliada (ou alargada). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias", logo "essa conversão de mais-valia em capital caracteriza a reprodução ampliada, que realiza a acumulação de capital [...]", sendo a acumulação "vital para o modo de produção capitalista: não existe capitalismo sem acumulação de capital. (BRAZ e NETTO, 2009, p. 125, 126)

Sabemos que o objetivo da produção capitalista é o lucro, que eleva-se com o aumento da acumulação de capital (conversão de mais valia em capital) e com esta eleva-se a composição orgânica do capital, o que significa maior investimento em capital constante (meios de produção) e menor em capital variável (força de trabalho) e, portanto, aumento do exército industrial de reserva. Com isso lembramos que

é inseparável da superpopulação relativa e acelera a sua formação o desenvolvimento da produtividade do trabalho que se expressa no decréscimo da taxa de lucro. A superpopulação relativa se torna, num país, tanto mais palpável, quanto mais nele se desenvolve o modo capitalista de produção. (MARX, 2008, p. 312)

A intenção do capitalista é acelerar a acumulação através da diminuição do tempo de rotação do capital (que é igual à soma de seu tempo de circulação e de seu tempo de produção). Dessa forma,

o interesse do capitalista consiste em reduzir ao máximo o tempo de rotação do seu capital: quanto menor o tempo de rotação, mais reinvestimentos podem ser feitos; interessa ao capitalista o maior número de rotações no menor espaço de tempo - o que ele obtém através dos meios os mais variados (desde intensificação dos ritmos e cadências no trabalho à incorporação de inovações tecnológicas). (BRAZ e NETTO, 2009, p. 129)

No imperialismo há uma dificuldade crescente de valorização do capital. Isto se dá porque quanto maior a acumulação maior o capital excedente e este em certos momentos não encontra espaços de investimento de valorização. Segundo Baran,

a proporção do excedente econômico que as grandes empresas retêm e que se torna disponível para novos investimentos não é apenas grande, mas aumenta consideravelmente durante os períodos de prosperidade" e ainda, "com o crescimento e a difusão da grande empresa, do monopólio e do oligopólio, a distribuição do excedente econômico tornou-se incomparavelmente mais desigual do que na época do pequeno capitalismo competitivo. (BARAN, 1986, p. 78, 79)

Com o aumento da produção de mais valia e sua conseqüente realização, o montante que será convertido em capital também é aumentado, assim, a capitalização que significa adição de mais-valia ao capital se transforma em supercapitalização, em que o capital acumulado encontra crescentes dificuldades de valorização. Segundo Netto,

é próprio do capitalismo monopolista o crescimento exponencial desses capitais excedentes, que se tornam tanto mais extraordinários quanto mais se afirma a tendência descendente da taxa média de lucro. As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, nenhum dos quais apto para dar uma solução à supercapitalização: de um lado, a emergência da indústria bélica, [...], de outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e enfim, a "queima" do excedente em atividades que não criam valor. (NETTO, 2011, p. 22)

Ainda quanto a produção de um excedente econômico cada vez maior no capitalismo dos monopólios, Baran vai sinalizar que

na esfera monopolista e oligopolista da economia, as taxas de lucro são desiguais, predominantemente altas, e o montante de lucro disponível para investimento, prodigiosamente grande. Essa circunstância conduz à redução do volume de investimento global, uma vez que as poucas firmas monopolistas e oligopolistas que recebem o grosso dos lucros julgam que não é lucrativo reinvesti-los no mesmo setor e que se torna cada vez mais difícil investi-lo em outro setor. A dificuldade a que nos referimos aumenta à medida que o setor competitivo "se oligopoliza" e se tornam menores as possibilidades de criação de novas indústrias que não concorram com as empresas oligopolistas existentes. Assim, [...], o volume de investimentos tende a ser inferior ao volume de excedente econômico [...] (BARAN, 1986, p. 95, 96)

No capitalismo monopolista não ocorre somente a dificuldade de valorização do capital mas também de realização da mais-valia que se dá quando a mercadoria produzida é vendida. Nesse sentido, destacamos a questão do subconsumo, uma das tendências e causas das crises no capitalismo. Isso significa que "enquanto os capitalistas inundam o mercado com as suas mercadorias, a capacidade de



consumir dos contingentes trabalhadores permanece limitada [...]" (BRAZ e NETTO, 2009, p. 161).

Esse fator está associado diretamente e nos leva a um outro determinante para as crises capitalistas que é a anarquia da produção, em que "ao contrário da produção de cada empresa, o conjunto da produção de todos os capitalistas escapa a qualquer controle racional;" logo,

[...] o mercado é inundado por mercadorias cuja destinação é incerta, uma vez que a sua produção é comandada exclusivamente por cada capitalista, tendo em vista apenas a obtenção do lucro, com a frequente desproporcionalidade entre os vários ramos e setores da produção [...] (BRAZ e NETTO, 2009, p. 160, 161)

O que verificamos, portanto, e que Mandel já sinalizava, é que o consumo se desenvolve mais lentamente quando comparado ao aumento da produtividade do trabalho, ou seja, da produção de mercadorias que são lançadas no mercado, sem que haja um controle de sua massa global. Por conta dessa realidade, ocorre a expansão, entre outros, de dois setores, a publicidade e o crédito ao consumidor, como estratégia para tentar reverter a tendência ao subconsumo e conseqüentemente permitir a realização da mais valia produzida e a valorização e acumulação do capital.

O desenvolvimento das artes de venda e publicidade aparecerá como um dos esforços dos monopolistas para ampliar suas vendas sem prejudicar a existência de lucros extras. Nesse sentido, Sweezy vai apontar o efeito tríplice que passa a adquirir o comércio: aumenta o consumo, reduz a superacumulação e proporciona uma oportunidade de investimento para o capital excedente que não encontra espaço para valorização. E portanto, contrabalança a tendência ao subconsumo. Nesse quadro ocorre também uma multiplicação dos canais de distribuição e uma enorme dispersão dos esforços nos setores de transporte, armazenamento e entrega de mercadorias, o que contribui para a diminuição do tempo de rotação do

capital, já que como vimos anteriormente o objetivo do capitalista é tornar esse tempo cada vez menor a fim de acelerar o processo de acumulação de capital.

Notamos então a expansão do setor de serviços, mas é importante ressaltar que

do ponto de vista dos interesses globais da classe capitalista, a expansão do setor de serviços no capitalismo tardio é, na melhor das hipóteses, um mal menor. É preferível à existência de capitais excedentes ociosos, mas continua sendo um mal à medida que não tem nenhuma relação direta com o aumento da massa total de mais-valia e que indiretamente só contribui para esse aumento, ao reduzir o tempo de rotação do capital. Portanto, a lógica do capitalismo tardio consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços e ao mesmo tempo substituir o capital de serviços por capital produtivo ou, em outras palavras, substituir serviços por mercadorias[...] (MANDEL, 1982, p. 284, 285)

A exportação de capitais, um dos traços do imperialismo, também ganha destaque no que tange à enorme quantidade de capital excedente e sua consequente dificuldade de valorização, visto que constitui uma possibilidade para escoar o capital que não encontra espaço para investimento em seu próprio país. A mesma se dá sob duas formas: exportação de capital de empréstimo, em que "capitalistas concedem créditos, em troca de juros determinados, a governos ou capitalistas de outros países;" e a exportação de capital produtivo, em que "capitalistas implantam indústrias em outros países." (BRAZ e NETTO, 2009, p. 181)

Segundo Sweezy,

na medida em que o capitalismo se desenvolve nas várias partes da economia mundial, as relações econômicas internacionais já não se limitam às simples trocas de mercadorias; estas são suplementadas pelos movimentos de capital, ou seja, pela exportação por alguns países, e importação por outros, de mercadorias que têm características e funções específicas de capital. (1983, p. 222)

Verificamos, portanto, a exportação de capitais de países capitalistas onde o lucro é baixo, em que a acumulação atingiu seu ponto máximo para países de alto lucro. Nesse contexto, "o efeito geral da exportação de capital é retardar o amadurecimento das contradições do processo de acumulação nos países exportadores e apressar seu aparecimento nos países importadores de capitais"

(SWEEZY, 1983, p. 224).

Entretanto, a exportação de capitais não significa o fim da exportação de mercadorias, Mandel salienta que

la expansión de las exportaciones de capitales no significa que la exportación de mercancías pase a un segundo plano y deje ya de cumplir con su papel de válvula de escape de la producción capitalista. Al contrario: la exportación de capitales hacia los países atrasados se realiza a la par con la exportación de mercancías; aquélla tiende a favorecer a ésta. (1969, p. 66)

Os bancos também desempenham um papel de destaque no imperialismo, deixando de ser apenas intermediários nos pagamentos e passando a ocupar um lugar central no que se refere aos processos de concentração e centralização de capital, visto que *intensificam e tornam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e de formação dos monopólios* (LÊNIN, 2010). Notamos então a união dos grandes bancos com as grandes indústrias, que se dá através da fusão pela posse de ações ou até mesmo com a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão e de administração das empresas.

Lênin ressalta que

à medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista," por conseguinte "a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente a importância destes últimos. (2010, p. 31)

Nesse sentido, Sweezy vai dizer que

os bancos devido à sua posição estratégica na emissão e venda de novos títulos, desempenham um papel importante na formação de sociedades anônimas, e o mesmo se aplica à fusão de empresas já existentes. Os bancos conservam para si uma parte principal do lucro do organizador, nomeiam seus representantes para participar da direção de empresas e exercem grande influência sobre as políticas adotadas", e ainda, "quanto mais amplas as ligações de um banco e mais poderosa a sua voz, tanto mais eficientemente pode pôr em prática sua política de eliminar a concorrência e estabelecer monopólios. (1983, p.205)

Cabe discutir agora o papel que o Estado vai desempenhar na fase do

imperialismo e que não será de pouca importância. É fato que o Estado sempre ocupou um lugar central no capitalismo e sempre interveio no processo econômico, mas anteriormente sua função primordial consistia em assegurar as condições externas para a produção e acumulação capitalistas, o que significa a manutenção da propriedade privada dos meios de produção burgueses e da "ordem pública", sua ação se restringia então basicamente a tarefas repressivas.

Com o capitalismo monopolista ocorre uma refuncionalização do Estado que passa a intervir diretamente na economia, não mais atuando apenas como o comitê executivo da burguesia, mas também desempenhando funções políticas e funções econômicas no sentido de garantir o processo de acumulação e valorização do capital e, assim, os superlucros monopolistas. O Estado, então, amplia as suas funções, adquirindo funções econômicas diretas, em que age, por exemplo, como empresário, assumindo empresas capitalistas em dificuldades, onde há uma socialização das perdas e a conseqüente reprivatização quando estas empresas já se encontram recuperadas; e funções econômicas indiretas em que, por exemplo, faz encomendas ou compras aos grupos monopolistas, permitindo aos capitais excedentes possibilidades de valorização etc.

Nesse contexto, Sweezy (1983) aponta que o poderio estatal é invocado para resolver problemas suscitados pelo desenvolvimento econômico. Logo, o Estado atua como um instrumento econômico dentro da estrutura do capitalismo, seja intervindo na esfera econômica a fim de resolver problemas criados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, seja quando os interesses da classe capitalista estão em jogo, além de ser usado para fazer concessões à classe operária. Uma outra atribuição do Estado será a de interferir na lei da oferta e procura, já que o monopólio intensifica a anarquia da produção. Percebemos então

uma grande expansão no poder e nas funções estatais.

O Estado se converte então, como afirmou Mandel (1982), no garantidor essencial do lucro dos monopólios, atuando como um instrumento ativo da acumulação de capital: toma a seu cargo setores de base não rentáveis; presta ajuda econômica a empresas em dificuldades; entrega aos trustes empresas construídas com dinheiro público, além de fornecer subsídios diretos ou indiretos à empresas privadas. Se convertendo assim, cada vez mais, em um instrumento indispensável para os monopólios e assume também a socialização do prejuízo dos capitalistas, através de empréstimos de fundo público, subsídios e em certos casos de propriedade governamental das empresas já não lucrativas. E as atribuições do Estado não param por aí. Segundo Mandel, uma função vital do Estado na fase do capitalismo tardio é a administração das crises suscitadas pelo desenvolvimento e pela dinâmica contraditória desse modo de produção.

Outra atribuição são as funções repressivas, como a de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção. Entretanto também possui uma função integradora, em que se torna responsável por desenvolver uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para "integrar" o trabalhador à sociedade capitalista tardia. Podemos dizer, portanto, que esta instituição se converte em um instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas, além de um planejador econômico e financeiro, assim como planejador da reprodução material e ideológica da força de trabalho. Possui, portanto, uma *função intrinsecamente conservadora* (MANDEL, 1982), já que deve preservar a ordem social e política vigente.

Cresce, assim, a importância do poder da ação estatal, em que a *hipertrofia do Estado no capitalismo tardio é inevitável* (MANDEL, 1982). Nesse sentido,

destacamos que,

é verdade que o aparelho de Estado sempre foi uma trama nas mãos das classes dominantes de cada país, seu "defensor e protetor" no mercado mundial, mas seu papel nunca foi tão considerável, tão importante quanto na época do capital financeiro e da política imperialista. (BUKHARIN, 1988, p. 117)

No que diz respeito à classe trabalhadora, o Estado se utilizará ao mesmo tempo de repressão e concessão. Temos então de um lado um crescimento dos instrumentos de força destinados a garantir a "lei e a ordem" internas, e de outro lado certa ampliação da legislação social na forma de assistência ao trabalhador, seguro-desemprego etc. Lembrando que, sempre que for conveniente ao capital ou quando ferirem seus interesses, essas concessões são retiradas ou limitadas.

Netto (2011) destaca que o Estado ao se converter em uma instituição que garante a acumulação do capital e as condições para os lucros monopolistas, acabou por incorporar demandas dos trabalhadores a fim de garantir a sua legitimidade.

Ainda segundo o autor, ao contrário do que ocorria no capitalismo concorrencial, onde a intervenção estatal respondia básica e coercitivamente às seqüelas da exploração da força de trabalho, no capitalismo monopolista "a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem" (NETTO, 2011, p. 26). Ou seja, o Estado deve assegurar a reprodução e a manutenção dos trabalhadores, além do fato de que para legitimar-se politicamente, deve incorporar direitos e garantias cívicas e sociais que lhe permitam organizar o consenso que assegure o seu desempenho. É nesse contexto que, como nos afirma Netto, o Estado acaba por incorporar outros protagonistas sócio-políticos. O autor ressalta também que, a transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se paralelamente a um contexto de organização das lutas dos trabalhadores, com o surgimento dos partidos operários.

Com relação às demandas econômico-sociais e políticas que o Estado incorpora para contemplar a população, Netto deixa claro que atender as demandas dos trabalhadores não é uma inclinação natural do Estado capitalista, visto que o seu objetivo primeiro é garantir os superlucros monopolistas, mas ao mesmo tempo as respostas positivas às demandas da classe trabalhadora podem ser oferecidas no sentido de que sejam refuncionalizadas a fim de garantir o interesse capitalista da maximização dos lucros.

Com o ingresso do capitalismo na ordem monopólica a “questão social” se torna alvo de políticas sociais. Destacando que no capitalismo concorrencial a “questão social” somente era objeto de intervenção do Estado na medida em que ameaçava a ordem burguesa devido a mobilização dos trabalhadores ou quando colocava em risco o fornecimento da força de trabalho para o capital. Já no capitalismo dos monopólios a “questão social” se *internaliza* na ordem burguesa (NETTO 2011), deixando de ser apenas objeto da coerção do Estado. E isto se dá tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação do movimento operário e pela necessidade de legitimação do Estado burguês.

É através da política social que o Estado no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social”. O objetivo principal da política social na ordem monopólica é garantir a preservação e o controle da força de trabalho ocupada e excedente, no sentido de atender as demandas para o desenvolvimento monopolista, e dessa forma o Estado acaba por incorporar também as demandas da classe trabalhadora.

A partir da análise das funções que as políticas sociais exercem, é possível perceber o seu caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que a política social,

fragmentada sob a forma de políticas sociais, atende ao capital, acaba por atender também aos trabalhadores. Um exemplo desse caráter contraditório das políticas sociais, são os sistemas de previdência (aposentadoria e pensões) que ao mesmo tempo em que representam um direito do trabalhador, atendendo a este, servem também, por outro lado, para contrarrestar a tendência ao subconsumo, um dos determinantes que contribui para as crises capitalistas.

As políticas sociais possibilitam ao Estado uma imagem social de mediador de interesses em conflito. Netto (2011) afirma que a intervenção estatal sobre a “questão social” realiza-se fragmentando-a e parcializando-a, visto que remeter a “questão social” a uma totalidade significaria reconhecer a contradição entre capital e trabalho e colocar em xeque a ordem burguesa. Dessa maneira, as expressões da “questão social” são tomadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome etc.). A “questão social” é atacada nas suas refrações.

Percebemos também que as políticas sociais são produto de um processo que não é apenas unidirecional, expresso na fórmula Estado/classes demandantes e sim um processo que envolve classes com interesses antagônicos. Nesse contexto o Estado e o campo das políticas sociais se tornam permeáveis a interesses de outros protagonistas sócio-políticos, além da classe hegemônica.

Destacamos que entender a “questão social” como fruto do modo de produção capitalista significa questionar a ordem burguesa, bem como a divisão da sociedade em proprietários e não proprietários dos meios de produção, e ao mesmo tempo reconhecer a sociedade como um campo de luta de classes onde o conflito entre capital e trabalho demonstra a existência de interesses antagônicos. E mais, entender a “questão social” como fruto do modo de produção capitalista também quer dizer questionar o seu principal objetivo, a acumulação de capital, que tem na



exploração da força de trabalho as suas bases, e ao mesmo tempo propor a sua resolução, significa falar em socialização da riqueza, o que colocaria em xeque a ordem burguesa.

Dessa forma, só é possível a extinção da “questão social” com o fim do modo de produção capitalista e a instauração de uma sociedade em que, como disse Marx, “o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (2008, p. 46).

### 1.2 Fetichismo da mercadoria e Cotidiano

É próprio da sociedade burguesa o fato de as relações sociais entre pessoas aparecerem sob a forma de relações entre coisas, assumindo as mercadorias um poder aparentemente autônomo. Seu caráter misterioso porém “não provém de seu valor de uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor” (MARX, 2011, p. 93). Nessa sociedade que tem na mercadoria a sua célula econômica, esta é também *a matriz que contém e escamoteia a raiz dos processos alienantes* (NETTO, 1981, p. 78).

Nesse sentido, Marx destaca que

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (2011, p. 94)

Dessa forma,

a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. (MARX, 2011, p. 94)

O que não se consegue perceber é que por trás da relação de troca entre

mercadorias existe uma relação entre trabalhos humanos. O valor de troca expressa uma relação entre quantidades de trabalho, o que está sendo trocado ao se trocarem mercadorias, é a quantidade de trabalho, realidade que fica oculta quando as mercadorias são lançadas no mercado, já que *o valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social* (MARX, 2011).

No capitalismo ocorre a redução do trabalho concreto a trabalho abstrato, o que significa a redução de diferentes formas de trabalho a condição de trabalho humano, dispêndio de energia física. Nesse caso, quando os homens igualam diferentes produtos, igualam também diferentes trabalhos. Não se percebe, portanto, que ao se igualar diferentes mercadorias estão se igualando diferentes trabalhos.

Sabemos que o valor de troca de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, e um fator que contribui para que não se enxergue essa realidade nas relações de troca, é a forma dinheiro que, segundo Marx, dissimula o caráter social dos trabalhos privados, mascara o fato de que o trabalho é criador de valor. Logo, o preço esconde o verdadeiro determinante do valor que é o trabalho humano.

Na relação de troca o valor das mercadorias se apresenta sob a forma de preço como se fosse determinado por este, neste caso, é como se o preço correspondesse ao valor, como se o valor de uma mercadoria fosse o seu preço e não a quantidade de trabalho humano contido na mesma. Nesse sentido,

só a análise dos preços das mercadorias levava à determinação da magnitude do valor, só a expressão comum, em dinheiro, das mercadorias induzia a estabelecer-se sua condição de valor. É porém essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência. (MARX, 2011, p.97)

Constatamos então que

a determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta destrói a aparência de causalidade que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos do trabalho, mas não suprime a forma material dessa determinação. (MARX, 2011, p. 97)

Ao fenômeno da conversão das relações sociais entre pessoas em relações sociais entre coisas denominamos fetichismo. Este é inseparável da produção de mercadorias e é uma modalidade de alienação. Segundo Netto, em *Capitalismo e Reificação*, “a problemática do fetichismo é um aspecto da problemática mais abrangente da alienação” (1981, p. 68), em que “a sociedade burguesa constituída, abrigo e recolhendo as antigas formas de alienação, repõe-nas em outro nível – justamente o engendrado pelo fetichismo” (1981, p. 71).

Desse modo, é através do fetichismo que “os processos alienantes emergentes na sociedade burguesa constituída têm a peculiaridade de se concretizar em projeções substantivas objetuais – redundam na reificação das relações sociais” (NETTO, 1981, p. 80). Verificamos que a reificação posta pelo fetichismo se situa como a estrutura específica da alienação na sociedade burguesa.

Com o desenvolvimento do capitalismo e sua conseqüente apropriação de todos os espaços da vida social a fim de convertê-los em áreas de valorização do capital, *o fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de todo o intercâmbio humano* (NETTO, 1981, p. 85). Dessa forma,

enquanto a produção mercantil transitava pela manufatura e pela industrialização incipiente, o trabalhador tinha a impressão de que o seu trabalho e o produto dele lhe eram estranhos porque outro (o capitalista, que ele identificava como uma pessoa ou um grupo de pessoas) os expropriava; na sociedade burguesa constituída, além desta realidade, a esmagadora maioria dos homens, proletários e não proletários, tem a impressão de que a sua existência (mais que o seu trabalho e os frutos dele) é direcionada por uma instância alheia, incógnita, impessoal – uma instância factual, que se manifesta pelo conta-gotas do institucionalizado: coisas organizadas como a família, a fábrica, o colégio, o banco, a universidade, a companhia, o exército, etc. (mil etc.), e, obviamente, esta outra coisa contra a qual ninguém pode nada, o Estado. (NETTO, 1981, p. 84)

No capitalismo dos monopólios assistimos à mercantilização universal das relações sociais e uma *industrialização generalizada universal* (MANDEL, 1982). O que se verifica é que

na idade do imperialismo, a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção: a tendência manipuladora e controladora que lhe é própria desborda os campos que até então ocupara (no capitalismo concorrencial), domina estrategicamente a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental para penetrar a totalidade da existência dos agentes sociais particulares. (NETTO, 2011, p. 38, 39)

Esse fator está diretamente relacionado à característica básica do capitalismo tardio que é o fenômeno da supercapitalização ou capitais excedentes. Como o capital se acumula gradualmente em quantidades cada vez maiores, e uma parcela do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução, promovendo com isso a inteira mercantilização da sociedade.

Em *Trabalho e Capital Monopolista*, Braverman destaca que “é somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital.” (1981, p. 231)

Como vimos, o capital penetra todos os espaços da vida do indivíduo, transformando tudo em algo a ser consumido, mercantilizado. Assim, tudo se converte em mercadoria: a educação, a cultura, a saúde, o lazer etc. Não há esfera da vida pública e da vida privada em que o capitalismo não procure espaço de valorização do capital e transforme em algo passível de ser consumido, visto que “tão empreendedor é o capital que mesmo onde é feito o esforço por um setor da população para ir em busca da natureza, do esporte, da arte através de atividade

peçoal e amadorista ou de inovação ‘marginal’, essas atividades são rapidamente incorporadas ao mercado tão logo possível.” (BRAVERMAN, 1981, 237)

Segundo Braverman,

na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um “ciclo de produto”, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas. (1981, p. 239)

Percebemos, portanto, que o inteiro cotidiano dos indivíduos é invadido pela lógica do capital, em que se torna cada vez mais difícil apreender e desvelar os determinantes que estabelecem o processo de reificação das relações sociais. Logo, “na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual [...]”, e mais, “a organização capitalista (monopolista) da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os seus ciclos, introduz com a sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as microorganizações.” (NETTO, 2005, p. 86, 87)

Ressaltamos que a vida cotidiana é insuprimível e que, portanto, “não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana” (NETTO, 2005). Ou seja, a vida cotidiana não é exclusividade do sistema capitalista, sempre existiu e sempre existirá. O que é próprio desse modo de produção é a extrema “submissão” do indivíduo à manipulação e controle da sua vida pela lógica do capital que põe a mercantilização e, conseqüentemente, a reificação de todas as relações sociais. O capitalismo torna cada vez mais difícil as suspensões do cotidiano e sua crítica pelo indivíduo, de modo que este se enxergue enquanto ser humano-genérico, visto que “na sociedade contemporânea, a realização da vida genérica do homem deixa de ser o objeto do seu trabalho [...]”. Logo, “nas condições dessa sociedade, o trabalho,

portanto, não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila” (NETTO, 1981, p. 56).

O capitalismo subverteu o significado do trabalho, este de atividade libertadora, fundante do ser social e pressuposto para a existência da liberdade, se transformou em atividade que aprisiona e degrada o homem. Portanto, “o trabalho realiza sua própria negação, pois, ao invés de se objetivar como atividade de manifestação da vida – atividade prática positiva -, se realiza como alienação da vida – atividade prática negativa” (BARROCO, 2010, p. 33). Nesse modo de produção, como Marx destacou nos Manuscritos Econômico Filosóficos,

o trabalho é exterior ao operário, isto é, não pertence à sua essência, em que por isso ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mais infeliz, não desenvolve qualquer energia livre física ou espiritual, antes mortifica o seu físico e arruína o seu espírito. Por isso, o operário só se sente em si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Ele sente-se como em sua casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente como em sua casa. O seu trabalho não é portanto voluntário mas forçado, trabalho forçado. Ele não é portanto a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades exteriores a ele. A sua estranheza evidencia-se nitidamente em que logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se desapossa, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. (2012, p. 98)

E não é somente o operário que está sujeito a essa realidade, mas, de certa forma, todo o trabalhador na sociedade capitalista, já que

sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, “produtivas” e “improdutivas”: a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho (labor) para regular a vida inteira de quase todos os homens. (NETTO, 2005, p. 88)

## 2 Serviço Social e Sincretismo

### 2.1 Sincretismo ideológico e teórico

O sincretismo no Serviço Social se apresenta sob três formas: o sincretismo da prática, o sincretismo ideológico e o sincretismo teórico. Segundo Netto (2011), *foi o princípio constitutivo do Serviço Social e nos parece ser o fio condutor da sua afirmação e do seu desenvolvimento como profissão, seu núcleo organizativo e sua forma de atuação*. Ainda quanto à tese do autor, o sincretismo "expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal". (2011, p. 92)

Os fundamentos da estrutura sincrética do Serviço Social são: o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais e que se definiu como "questão social"; o horizonte do seu exercício profissional que é o do cotidiano e, sua modalidade específica de intervenção que se dá através da *manipulação de variáveis empíricas*.

Os três fundamentos, citados acima, serão estudados de forma mais aprofundada quando analisarmos/discutirmos o sincretismo da prática, visto que contribuem diretamente para o mesmo.

Contudo, antes de nos determos na estrutura sincrética da prática profissional, é necessário uma breve análise das outras duas formas de sincretismo, o ideológico e o teórico.

Como Netto destacou, existem duas linhas na história ideológica do Serviço Social, a europeia e a norte americana, tendo como ponto em comum o pensamento conservador, o positivismo. Porém, segundo o autor,

uma primeira operação necessária para deslindar o sincretismo ideológico [...] é aquela que aponta para a radical diferença entre o

caldo cultural europeu, [...], e o norte-americano, em todas as etapas evolutivas da profissão até os primeiros anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. (2011, p.109)

A diferença existente entre o desenvolvimento do Serviço Social europeu e o norte americano, no que diz respeito às suas fontes ideológicas, tem ampla relação com o desenvolvimento do capitalismo nas duas regiões. Na Europa, o caldo cultural é atravessado por um viés anticapitalista romântico, decorrente das experiências revolucionárias e valores católicos da Doutrina Social da Igreja, o catolicismo social. Nos Estados Unidos, contudo, a ordem capitalista não era objeto de questionamento.

Nesse sentido, é preciso levar em conta as condições históricas em que se desenvolveu o Serviço Social europeu, bem diferentes daquelas onde se gestou o norte-americano. Visto que, nos Estados Unidos, a ausência de instituições pré-capitalistas favoreceu o desenvolvimento do capitalismo, em que "as relações capitalistas encontraram um espaço aberto para o seu desenvolvimento".

Segundo Netto, o desenvolvimento das protoformas do Serviço Social na Europa Ocidental está relacionado a três aspectos desconhecidos nos Estados Unidos nesse momento,

uma traumática herança de experiências revolucionárias, a forte presença de uma cultura social restauradora e o peso específico da tradição católica". (p. 110) Dessa forma, "a crítica sócio-cultural, na Europa, era obrigada a pôr em questão aspectos da sociabilidade burguesa; na América, o tipo de desenvolvimento capitalista não conduzia a crítica a checá-lo. (2011, p. 115)

Essas diferenças irão interferir no que tange às formas de intervenção a serem realizadas pelo Serviço Social. Assim, na Europa a intervenção demandada teve um viés ético moral pautada em um reformismo de natureza restauradora, já nos Estados Unidos, *o reformismo profissional é modernizador*.

Destacamos ainda que, tanto a tradição européia quanto a norte-americana estavam atravessadas internamente pelo sincretismo ideológico. Como observou Netto,

o sincretismo da tradição européia estava dado no amálgama que buscava



fusionar uma postura restauradora com algum grau de legitimidade na intervenção. Imanentemente, o anticapitalismo romântico debate-se entre a extrema restauração ... e soluções intermédias que, obrigatoriamente, implicam no sincretismo ideológico (expresso, no plano das opções sócio-políticas, pela programática negativa do "nem capitalismo, nem comunismo). (2011, p. 118)

No que diz respeito à tradição norte-americana, esta

igualmente, está atravessada pelo sincretismo, mas não o que afeta o anticapitalismo romântico. O sincretismo, aqui, está inscrito na configuração de um pragmatismo intelectual que deve atender a duas demandas de sentido diverso: de uma parte, deve produzir a sua legitimação racional num meio sociocultural muito infenso às elaborações intelectuais; de outra, deve construir-se sob uma pressão religiosa (protestante) a que não pode contrariar, sob pena de fortes sanções sociais. (2011, p. 119)

Esse referencial cultural-ideológico, tanto o europeu quanto o norte-americano, influenciou as protoformas e o início do desenvolvimento do Serviço Social, assim como orientou as formas de intervenção desempenhadas pelos profissionais. Ressaltamos que as duas tradições começam a interagir em meados dos anos trinta, com o *movimento de viragem* ocorrido nos Estados Unidos que tendeu a *psicologizar o projeto profissional*. Contribuindo fortemente para essa aproximação,

a psicologização que passa a percorrer todo o bloco cultural-ideológico hegemônico, de que é índice a voga psiquiátrica e, em seguida, psicanalítica. É este giro - que, em si mesmo, não colide com os fundamentos do período anterior, que tinham por suporte uma concepção de socialidade vigorosamente individualista - que vai facilitar a interação com a tradição europeia, fundamente vincada pela redução da problemática social às suas manifestações individuais, com a hipertrofia dos aspectos morais. (2011, p. 122)

Segundo Netto, contribuíram também para a interação entre as duas vertentes, além da *voga psicologista*, o evolucionismo e o personalismo norte-americano. E no que se refere a tradição europeia, a afirmação neotomista.

Conforme observou o autor citado,

a década de trinta já registra, na América do Norte, os primeiros resultados da interação: novos valores e nova fundamentação se apresentam para a prática profissional do Serviço Social, extraídos do arcabouço neotomista. E os influxos, naturalmente, foram de mão dupla: a tradição europeia abriu-se às técnicas e aos procedimentos já desenvolvidos pelos norte-americanos. O fato é que, a partir dos anos quarenta, este duplicado sincretismo - esta estranha simbiose de produtos cultural-ideológicos tão diversos - rebate decisivamente, sem qualquer reserva crítica de fundo, no desenvolvimento do Serviço Social profissional. (2011, p. 126)

Cabe pontuar que "o sincretismo ideológico acompanha a inteira evolução do

Serviço Social, estando presente das suas protoformas aos seus estágios profissionalizados mais desenvolvidos e especializados". (NETTO, 2011, p. 108) Dessa forma, o Serviço Social brasileiro receberá influências tanto da tradição europeia quanto da norte-americana.

Como foi ressaltado anteriormente, esta se trata de uma breve análise sobre o sincretismo ideológico, já que o objeto do nosso estudo é o sincretismo da prática. Além do fato do primeiro já ter sido abordado de maneira mais aprofundada na tese de José Paulo Netto, não cabendo aqui nos estender sobre o assunto. O objetivo ao discorrer sobre o sincretismo ideológico, foi o de apresentar alguns determinantes que possibilitassem entender o por que da existência do mesmo, ou seja, os aspectos que colaboram para a formação desse sincretismo. Destacamos também que é o sincretismo da prática que fornece as bases tanto para o sincretismo ideológico quanto para o teórico.

Quanto ao sincretismo teórico, este deve ser entendido a partir da crise da economia política clássica entre 1830 e 1848. Surgindo, a partir daí, duas direções *antagônicas e excludentes*, de um lado com Marx, em que "o resgate crítico dos componentes fundamentais da economia política clássica se efetiva na fundação de uma nova teoria social, cujo suporte histórico-social é a perspectiva de classe do proletariado" e, de outro lado "surgem a economia vulgar e a sociologia, esta auto-situada como a primeira das ciências sociais." (NETTO, 2011, p. 138)

Temos, portanto, a vertente marxiana em contraposição à vertente das ciências sociais (positivismo e suas derivações), vinculada ao pensamento conservador. Esta última, passando por um processo de especialização, em que

a economia se instaura como ciência social, disciplina autônoma e particular, que se atém somente a um "nível" do "todo" que é a sociedade (burguesa). E é à margem da economia assim constituída que se articula a sociologia – [...], logo se especializa, num processo de estruturação autônoma (centrando-se sobre outro "nível" daquele "todo") que seria similarmente reproduzido pelas

outras ciências sociais particulares e especializadas. De fato, a base da sociologia, como ciência social, consiste na "escrupulosa desvinculação dos fenômenos sociais de sua base econômica". Esta base é a mesma das outras ciências sociais - de modo que cada uma delas trabalha um "nível", permanecendo a sua articulação com o "todo" um problema teoricamente desprezível e/ou metodologicamente irresoluto. (NETTO, 2011, p.138/139)

Dessa forma, com essa excessiva especialização, economia e sociologia se tornam completamente desvinculadas, onde os aspectos econômicos são estudados isoladamente e sem relação com os aspectos sociais, as relações sociais, que sabemos serem produto de um determinado modo de produção.

Neste contexto, o Serviço Social se utilizará de um sistema de saber que é produto do desenvolvimento das ciências sociais, tendo nestas, portanto, a sua filiação teórica. Assim, "a subalternidade técnica derivou aqui, inusitadamente, em marginalidade teórica" (NETTO, 2011, p. 144), em que o Serviço Social não criou a sua própria teoria e sim se apropriou do que foi produzido no decorrer do desenvolvimento das ciências sociais, recebendo os produtos dos seus *saberes especializados*.

Nesse sentido,

concebidas as ciências sociais como subsidiárias para a formação profissional, esta se colocava como estuário daquelas. Situando-se desde então como uma espécie de desaguadouro das produções das ciências sociais, o Serviço Social se vulnerabilizava duplamente: primeiro, porque se lhe atrofiava a capacidade crítica para sopesar a natureza, a funcionalidade e o sentido daquelas produções, cujo processamento se lhe escapava; segundo, porque ficava à mercê dos movimentos institucionais que conferiam ou não àquelas produções a chancela da "cientificidade. (Netto, 2011, p. 144)

O Serviço Social elaborou então, a partir da acumulação do que foi produzido pelas ciências sociais, um *sistema de saber de segundo grau*, de acordo com as necessidades da própria profissão e formação profissional. Segundo Netto,

o sistema de saber de segundo grau, compulsoriamente unificador, não podia revelar-se uma síntese - era necessariamente um *agregado*, tanto em função dos materiais que combinava quanto em razão das exigências profissionais (do Serviço Social) que o comandavam. (2011, p. 147)

Temos, portanto, um *sistema de saber de segundo grau* em si mesmo sincrético. Logo, as produções teóricas elaboradas pelo Serviço Social, a partir das

ciências sociais, aparecem como um campo sincrético, se traduzindo num ecletismo, em que o que ocorre é

o apelo a diferentes ciências sociais, com o recurso a componentes nem sempre compatíveis com a moldura em que são inseridos, para subsidiar práticas e representações que desbordam o limite de cada uma. Desta forma, a psicologia do ego se imbrica com uma teoria do equilíbrio social, [...] a teoria funcionalista da mudança social se sintoniza com os esquemas dualistas em economia etc. (NETTO, p.147/148)

O sincretismo científico ou teórico, portanto, se apresenta como o ecletismo, ou seja, o "ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu sistema de saber" (NETTO, 2011, p.147). Netto afirma que,

as elaborações formal abstratas do Serviço Social profissional (a sua chamada teorização), são medularmente ecléticas - e este traço básico não pode ser creditado a características episódicas ou a condições biográficas dos protagonistas profissionais. Ele decorre da filiação teórica do Serviço Social (o sistema de saber que se prende) e, simultaneamente, da resposta que articula para orientar-se com um sistema de saber (de segundo grau) que tenha pertinência direta com a sua prática profissional. (2011, p.147)

Se por um lado temos a constituição de um *sistema de saber de segundo grau* que decorre no ecletismo, por outro verifica-se um processo de sistematização da prática profissional, contribuindo ambos para o sincretismo teórico.

## 2.2 Sincretismo da prática profissional

O sincretismo da prática resulta tanto de aspectos "internos" ao Serviço Social, ou seja, aqueles referentes ao seu histórico profissional e ao seu processo de profissionalização, quanto à aspectos "externos", a determinantes que dizem respeito à sociedade em que o assistente social irá exercer a sua atuação, portanto, ao modo de produção capitalista.

Dessa forma, é necessário analisar as condições histórico sociais em que surge e se desenvolve o Serviço Social, para que se possa compreender as características que fazem da prática profissional uma prática sincrética.

Com o processo de transição do capitalismo concorrencial ao monopolista,

ocorre, como vimos, uma refuncionalização do Estado que, até então, atuava apenas no sentido de assegurar as condições externas ao processo de acumulação de capital, agindo como o garantidor da propriedade privada dos meios de produção capitalistas.

Assim,

o essencial das funções do Estado burguês restringia-se às tarefas repressivas: cabia-lhe assegurar o que podemos chamar de condições externas para a acumulação capitalista – a manutenção da propriedade privada e da “ordem pública” (leia-se o enquadramento dos trabalhadores). Tratava-se do Estado reivindicado pela teoria liberal: um Estado com mínimas atribuições econômicas; mas isso não significa um Estado alheio à atividade econômica – pelo contrário: ao assegurar as condições externas para a acumulação capitalista, o Estado intervinha no exclusivo interesse do capital (e era exatamente essa a exigência liberal). (BRAZ e NETTO; 2009, p. 173, 174)

No estágio imperialista, como já assinalamos anteriormente, em que o capital financeiro desempenha papel decisivo, apesar dos fundamentos do modo de produção capitalista se manterem, este adquire novas características.

É nesse contexto que, como afirma Iamamoto, “tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação” (IAMAMOTO, 2007, p. 107). A “questão social” entra em cena com novas expressões, apesar da sua razão de ser se manter a mesma, ou seja, o modo de produção capitalista. Onde a lei geral da acumulação capitalista, nos coloca frente a frente com a contradição entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza produzida, em que temos em um pólo uma grande concentração de riqueza e no outro uma enorme concentração de miséria. Enfim, é no marco do estágio imperialista, com o aprofundamento das contradições inerentes ao capitalismo, que a “questão social” adquire novas manifestações. Destacamos que “uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a exponenciação da questão social.” (BRAZ; NETTO, 2009, p. 220)

Lembramos que uma das requisições postas ao Serviço Social é a intervenção na “questão social” através das políticas sociais que possuem um

caráter contraditório, atendendo tanto aos interesses do capital quanto às demandas dos trabalhadores.

O sincretismo da prática, portanto, deve ser analisado também a partir do que se tornou o objeto das demandas do Serviço Social, a "questão social". Bem como das requisições postas aos assistentes sociais pelo Estado, das respostas exigidas por este no que tange ao enfrentamento das expressões da "questão social", já que esses profissionais estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho.

Logo, ressaltamos que as modificações no capitalismo assim como no papel do Estado, interferem seja no que diz respeito aos assistentes sociais enquanto força de trabalho, em que estes sofrem com as mudanças no mundo do trabalho como os outros trabalhadores, sendo impactados pelo processo de precarização, terceirização, desregulamentação das relações de trabalho etc., mas também no que diz respeito às formas de intervenção que são requisitadas dos assistentes sociais, bem como a maneira como se apresentam as suas demandas profissionais.

Os fundamentos do sincretismo no Serviço Social, já citados anteriormente: "questão social", cotidiano e intervenção através da manipulação de variáveis empíricas, têm relação direta com o estrutura sincrética da prática profissional.

Como já destacamos, na sociedade burguesa, o enfrentamento das refrações da "questão social" (campo por si mesmo sincrético) se dá principalmente por meio das políticas sociais, em que o objetivo não é a resolução das expressões da "questão social", visto que o seu fim só é possível com o fim do modo de produção capitalista. Dessa forma, o assistente social trabalha com demandas que em sua gênese não será capaz de resolver e que aparecem de forma fragmentada no espaço do cotidiano, devendo responder às mesmas de forma imediata e pontual.

O cotidiano se apresenta como horizonte do exercício profissional do assistente

social. O objetivo da intervenção profissional aparece como sendo o de alterar o cotidiano, na manipulação de comportamentos, "a intervenção profissional como reordenadora de práticas e condutas cotidianas" (NETTO, 2011). Ressaltamos que não há sociedade sem cotidianidade, sendo a vida cotidiana insuprimível.

O profissional é chamado, portanto, a intervir no sentido de rearranjar determinadas problemáticas, sem contudo saná-las, ou seja, atuando através da *manipulação de variáveis empíricas*. Lembrando que, como destaca Netto, manipulação aqui deve ser entendida como interferir para rearranjar. Dessa forma, o assistente social intervém na "questão social" sem conseguir promover a sua resolução, manipulando/interferindo as/nas suas expressões. Sua prática está relacionada, portanto, à reprodução da "questão social".

Nesse sentido, Netto vai afirmar que

a funcionalidade histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano - o disciplinamento da família operária, a ordenação de orçamentos domésticos, a recondução às normas vigentes de comportamentos transgressores ou potencialmente transgressores, a ocupação de tempos livres, processos compactos de ressocialização dirigida etc. -, conotando-se tecnologia de organização do cotidiano como manipulação planejada. (2011 p. 96)

O assistente social passa a desempenhar então as mais variadas atividades/funções e formas de intervenção, já que as suas demandas aparecem de maneira diversificada no espaço do cotidiano. Se torna difícil, portanto, determinar quais são as competências do Serviço Social nas várias instituições em que sua atuação é solicitada, visto que as expressões da "questão social" não são tão facilmente detectadas.

Esse quadro contribui decisivamente para tornar a prática profissional uma prática sincrética, demonstrando que o específico da prática é justamente a sua

inespecificidade.

Neste contexto, Netto aponta que

convergem para a prática sincrética vetores múltiplos: as condições de intervenção determinadas pelas refrações da "questão social"; o referencial das ciências sociais gestadas na razão tornada miserável; a continuidade, erguido o Serviço Social como profissão, das expectativas típicas que envolviam as suas protoformas; a inserção peculiar na divisão social e técnica do trabalho, etc.. (2011, p. 107)

Nesse caso, a especificidade profissional converte-se em incógnita para os assistentes sociais, em que a profissionalização "teria representado apenas a sanção social e institucional de formas de intervenção pré-existentes, sem derivar numa diferenciação operatória." (NETTO, 2011, p. 104). E como consequência da inespecificidade, de uma intervenção indiferenciada, temos a polivalência que resulta do sincretismo prático profissional. Portanto,

é próprio da prática que se toma sincreticamente não somente a sua translação e aplicação a todo e qualquer campo e/ou âmbito, reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando a sua indiferenciação operatória. Combinando senso comum, bom senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos; manipulando variáveis empíricas segundo prioridades estabelecidas por via de inferência teórica ou de vontade burocrático-administrativa; legitimando a intervenção com um discurso que mescla valorações das mais diferentes espécies, objetivos políticos e conceitos teóricos; recorrendo a procedimentos técnicos e a operações ditadas por expedientes conjunturais; apelando a recursos institucionais e a reservas emergenciais e episódicas – realizada e pensada a partir desta estrutura heteróclita, a prática sincrética põe a aparente polivalência. Esta não resulta senão do sincretismo prático-profissional: nutre-se dele e o expressa em todas as suas manifestações. (NETTO, 2011, p. 107)

A prática profissional, portanto, a partir dos três fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social ("questão social", cotidiano e manipulação de variáveis empíricas), se traduz em uma prática indiferenciada, onde o específico da profissão é a inespecificidade da prática. E, como vimos, contribuem para esse quadro desde às exigências postas à profissão no que diz respeito ao seu objeto de intervenção e às formas como se apresenta no espaço do exercício profissional, até a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.



### 3 “Questão social” na contemporaneidade: Estado e política social

“[...] a gente rica não gosta de ouvir os pobres  
se queixando da sua má sorte –  
dizem que incomodam,  
que são impertinentes!  
A pobreza é sempre impertinente mesmo –  
talvez porque seus gemidos famintos  
lhe perturbem o sono.”

*Dostoiévski*

Como dissemos anteriormente, para apreender como tem se manifestado o sincretismo da prática é necessário compreender a “questão social”, visto que esta é um dos fundamentos do sincretismo. Logo, é fundamental desvelar as expressões que assume na contemporaneidade, bem como as respostas dadas pelo Estado que ocorrem prioritariamente através das políticas sociais. Por isso, faremos uma breve discussão do contexto a partir da implementação do modelo de acumulação flexível e que trouxe profundas mudanças no que diz respeito ao papel do Estado e à forma como passa a administrar a “questão social”. O que trará rebatimentos para o trabalho do assistente social e as demandas postas a esse profissional.

Com a crise econômica de 1970 e conseqüentemente com o esgotamento no padrão de acumulação denominado rígido e sua substituição pela acumulação flexível, operando-se a reestruturação produtiva, temos mudanças na forma de produção capitalista assim como no processo de trabalho. Realidade que trará rebatimentos tanto no que diz respeito a esfera do Estado quanto ao mundo do trabalho, acrescentando novas expressões à “questão social” e aprofundando antigas formas, em que observamos a combinação de formas de extração de mais valia absoluta e mais valia relativa. Dessa forma, convivem lado a lado formas de pauperização absoluta e relativa.

Como exemplo das diferentes formas de extração de mais valia adotadas temos o trabalho escravo e infantil de um lado e, de outro lado, o crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado e a redução do emprego regular. Como destaca Harvey (2013), verificamos a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas em que

a transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista [...] revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. (HARVEY, 2013, p. 145)

Verificamos nesse contexto que a flexibilização ocupa uma posição central, o que se busca é

uma flexibilidade no processo de trabalho, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos, [...] e uma flexibilidade dos padrões de consumo. (IAMAMOTO, 2012, p. 31)

Como ressalta Harvey,

a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (2013, p. 140)

Essa realidade também trará rebatimentos ao mercado de trabalho, ocasionando uma alteração das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. O que encontramos é uma polarização dessa classe, em que temos de um lado uma força de trabalho altamente qualificada e de outro o trabalho precário, temporário etc.. Com isso verificamos uma fragmentação/divisão da classe trabalhadora, o que dificulta a sua organização, já que os trabalhadores passam a

apresentar interesses/demandas diferentes, de acordo com o lugar que ocupam no mercado de trabalho; além de um cenário que estimula a competição entre estes. Logo, esse quadro mascara a contradição capital/ trabalho, dificultando a percepção da identidade de classe entre os trabalhadores. Constatamos assim uma “diferenciação interna das categorias de trabalhadores, que vem tendo sérias consequências na fragilização do movimento sindical”. (IAMAMOTO, 2012, p. 126)

Nesse sentido, Netto destaca que

o capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação “flexível”, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precário”), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). [...] as modificações do regime de acumulação “rígido”, mais as implicações da revolução tecnológica, estão subvertendo o “mundo do trabalho”. No conjunto dos que vivem da venda da sua força de trabalho, a classe operária “tradicional”, que fixou a sua identidade classista (sindical e política) enfrentando o capitalismo monopolista, transforma-se rapidamente, afetada por diferenciações, divisões, cortes e recomposições – ademais, dada a dinâmica da própria “revolução informacional”, ela tende, enquanto proletariado industrial, a perder grandeza estatística. (1996, p. 92, 94)

Na mesma direção Harvey vai dizer que

o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (2013, p. 143)

Segundo Braga,

assistimos à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial. Trata-se, [...], de uma “nova utopia capitalista”: a empresa neoliberal. (2009, p. 68)

E mais, quanto aos impactos no mercado de trabalho,

O aumento do desemprego, por seu turno, somado à restauração das formas de competição entre trabalhadores, associadas ao medo de perder o emprego, assim como a externalização das atividades de abastecimento da produção, garantiram às empresas a base instrumental para o aprofundamento da desestruturação dos grandes coletivos de trabalho. Por meio das terceirizações, por exemplo, logrou-se dispersar as concentrações operárias e facilitar a destruição das “antigas” relações políticas – além de

fazer com que os novos empregos “derrapassem” para os serviços. De modo equivalente, a construção de novas fábricas acentuadamente diferentes das anteriores, com uma concepção reestruturada do espaço e com fartura de equipamentos informacionais, permitiu uma profunda transformação da organização do trabalho, à qual nem todos os integrantes da “velha classe trabalhadora” puderam adaptar-se. (BRAGA, 2009, p. 68, 69)

Notamos portanto que a reestruturação produtiva, com a acumulação flexível, provocou impactos diretos no mundo do trabalho, em que observamos características como trabalho polivalente, terceirização, desregulamentação dos direitos trabalhistas, novas modalidades de contratação, novas estratificações entre os trabalhadores, exigência em certos setores de trabalho vivo superqualificado, rotatividade de força de trabalho, entre outras. Logo, o que se vivencia não é o fim do trabalho mas sim *mutações no “mundo do trabalho”* (NETTO, 1996, p. 94). Segundo Mota (2002),

novas necessidades do processo de acumulação capitalista são determinantes da formação de dois grandes grupos de trabalho: o dos empregados estáveis das grandes empresas, que têm o seu trabalho protegido; e o dos trabalhadores autônomos, dos contratados temporariamente, dos terceirizados, dos que trabalham no seu domicílio – todos eles – submetidos ao trabalho desprotegido. (2002, p. 9)

Essa realidade está diretamente relacionada com a “questão social” e suas novas expressões, assim como com o aprofundamento de suas antigas manifestações. Iamamoto (2012) vai dizer que a precarização das relações de trabalho é um dos aspectos centrais da “questão social” hoje.

É importante pontuar que com a reestruturação produtiva, além das modificações no processo produtivo e nas relações sociais, também ocorrem mudanças na esfera do Estado, em que vamos verificar um enxugamento dos gastos estatais, privatizações, corte dos gastos sociais, transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil etc.. E para justificar as medidas adotadas pelo capitalismo nesse período temos a difusão da ideologia neoliberal. Sabemos que

em escala mundial, a estratégia do grande capital visa romper com todas as barreiras sociopolíticas, e não somente com aquelas que dizem respeito às suas relações com o trabalho [...]. A pretensão do grande capital é clara: destruir qualquer trava extra-econômica aos seus movimentos. Para legitimar essa estratégia, o grande capital fomentou e patrocinou a divulgação maciça do conjunto ideológico que se difundiu sob a designação de neoliberalismo [...]. O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na idéia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado).[...] Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. (BRAZ e NETTO, 2009, 226, 227)

Nesse contexto a iniciativa privada aparece como sinônimo de eficiência enquanto que o Estado como um *trambolho anacrônico* (BRAZ e NETTO, 2009, p. 227) que deve ser reformado. Realidade que impacta diretamente nas formas de intervenção e nas repostas dadas por ele no que diz respeito a “questão social”, já que o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais é privatização, focalização e descentralização (BEHRING, 2008).

O Brasil também será impactado por esse novo modelo de acumulação, mas é necessário atentar para as particularidades da formação econômico-social, para o nível de desenvolvimento das relações capitalistas aqui existentes e para a inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial. Segundo Netto,

a reestruturação do capitalismo tardio, com o trânsito à “flexibilização” e a plethora de transformações que lhe são conexas, não escapa à sociedade brasileira. É evidente, porém, que a nossa sociedade participa da inflexão atual do capitalismo com as refrações derivadas, em primeiro lugar, da sua condição periférica e, em segundo, do próprio nível de desenvolvimento e articulação das suas relações capitalistas. (1996, 103)

Nesse sentido, entre as características da reestruturação produtiva no Brasil temos a abertura ao capital estrangeiro, as privatizações - elemento central da contra-reforma – (BEHRING 2008), terceirizações, demissões e aumento da produtividade. Behring (2008) destaca que o processo de precarização das relações de trabalho é facilitado pela redefinição do papel do Estado no sentido da desregulamentação de sua intervenção nestas relações, permitindo uma

flexibilização da legislação trabalhista. A autora aponta também que o processo de contra-reforma do Estado foi de natureza destrutiva e regressiva, antinacional, antipopular e antidemocrática, “em que a seguridade social ocupa um lugar concretamente secundário” (BEHRING, 2008, p. 250).

Nesse cenário temos de um lado a busca pela extração dos superlucros monopolistas e de outro a flexibilização das relações de trabalho, como uma das formas de garantir esses lucros. Segundo Mota (2002),

a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, etc. (2002, p. 10)

No contexto da contra-reforma do Estado brasileiro, a partir da década de 1990, verificamos, portanto, o processo de flexibilização das relações de trabalho, privatizações e uma expressiva entrada do capital estrangeiro através da exportação de capitais (de empréstimo ou produtivo) como uma das saídas para as dificuldades de valorização do capital que não encontra espaço para investimento satisfatório em sua origem, bem como a perda ou restrição dos direitos sociais e a *pauperização das políticas sociais* (Behring, 2008). Esse quadro tem ampla relação, como já dissemos anteriormente, com o esgotamento (a partir da crise do início dos anos 1970) da modalidade de acumulação capitalista denominada rígida e a instauração do modelo de acumulação flexível, operando-se a reestruturação produtiva. Segundo Behring,

Do ponto de vista da lógica do capitalismo contemporâneo, a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social vê-se fortemente tensionada: pelas estratégias de extração de superlucros, com a flexibilização das relações de trabalho, onde se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários, vistos como custos ou gastos dispendiosos; pela supercapitalização – com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência; [...]. (2008, p. 248)

As propostas neoliberais, portanto, trazem impactos diretos para o campo das

políticas sociais. Dessa forma,

presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do “enxugamento do Estado” em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera de prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse da coletividade. Na linguagem governamental e empresarial trata-se de reduzir o “Custo Brasil”. Na contrapartida daquele “enxugamento” tem-se um alargamento da proteção do Estado para os grandes oligopólios. O fundo público é cada vez mais desigualmente distribuído, sendo canalizado para a sustentação dos grandes capitais, em especial o capital financeiro, como nos casos de socorro do Estado à quebra e saneamento de bancos. Neste contexto, o fetichismo do dinheiro e da mercadoria parece reinar com todas as pompas: ao lado da exaltação do mercado, o cidadão é reduzido à condição de consumidor. (IAMAMOTO, 2012, p. 36)

A responsabilidade do Estado é transferida para a sociedade civil, em que o enfoque é a solidariedade social, abrindo espaço para as ações de filantropia do grande capital, com as “empresas cidadãs” por exemplo, e para o terceiro setor.

Logo,

esta tendência reforça a proposta de um Estado-gerente, com limitada capacidade operacional, posto que depende dos seus parceiros para executar os programas e projetos sociais, como é o caso do denominado terceiro setor. [...] Aqui são emblemáticas as formulações sobre o desenvolvimento local e sustentável, o empoderamento de indivíduos, grupos e comunidades e a afirmação de uma estratégia de desenvolvimento social baseada na formação do capital humano e social. (MOTA, 2008, p. 183)

Nesse sentido, nos deparamos com um cenário em que

crece o terceiro setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. [...] Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade. (YAZBEK, 2001, p. 37).

Predomina a idéia de que cabe ao indivíduo “se virar no mercado”, sendo o seu destino, única e exclusivamente de sua responsabilidade, a depender do seu esforço. E não só a situação social em que o indivíduo se encontra é debitada à sua conta e responsabilidade, mas também, este se torna em parte responsável pelo “destino” daqueles setores mais “desprotegidos” da sociedade, devendo contribuir com o Estado para a proteção social. Daí o enfoque na concepção de

responsabilidade social, em que o indivíduo deve se sentir responsável em auxiliar o Estado, uma vez que este sozinho não pode dar conta, no sentido de “ajudar os mais necessitados”. Percebemos assim, a completa despolitização da “questão social” e, individualização e moralização de suas expressões. O campo dos direitos é substituído pelo do dever moral do cidadão perante a sociedade e suas mazelas.

Esse cenário dificulta conceber as ações implementadas como inseridas no campo dos direitos, sendo vistas muitas vezes como favor/ajuda, já que estas se deslocam do âmbito público para o privado. Observamos, como ressalta Yazbek (2001), uma refilantropização das formas de enfrentamento à “questão social”. O que se busca é “despolitizar as políticas sociais, de modo que elas não sejam reconhecidas como obtenção de direitos sociais e sim, como benefícios de cunho moral”. (BARROCO, 2001, p. 90)

Temos então, conseqüentemente, uma *psicologização da vida social*, problematizada por Netto (2011), em que o indivíduo é responsável pelo seu fracasso ou vitória no que tange a posição que irá ocupar no mercado de trabalho. Já no que concerne aos serviços sociais, o cidadão é reduzido a condição de consumidor devendo pagar para ter acesso aos melhores serviços. O que se pretende portanto é

destruir a sociabilidade do trabalho protegido e construir uma outra, amparada na negação da intervenção social do Estado e na afirmação da regulação do mercado, nas iniciativas individuais e no envolvimento da sociedade civil que, ao se assumirem como co-responsáveis pelas políticas sociais, institucionalizam o terceiro setor. (MOTA, 2006, p.3)

De acordo com o ideário neoliberal o Estado aparece como uma instituição excessivamente burocrática e ineficiente, sendo incapaz de administrar os serviços sociais, necessitando portanto do auxílio de setores da sociedade civil como as Organizações Não Governamentais (ONGs) por exemplo. Assim,

por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob



inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa. A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal. A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos. (IAMAMOTO, 2000, p. 20)

Verificamos nesse contexto que os direitos conquistados pela Constituição Federal (CF) de 1988 são submetidos à lógica do ajuste fiscal, de acordo com as prescrições neoliberais. Como pontuou Behring (2006) há uma revisão dos direitos previstos na CF, em que observamos a perda ou restrição do acesso à políticas sociais e uma relação entre a idéia de ajuste fiscal e o financiamento da seguridade social. Ressaltamos que a tributação sobre bens e serviços assim como sobre a folha de salários é maior do que aquela direcionada aos impostos sobre patrimônio, renda e comércio exterior, logo os trabalhadores custeiam direta e indiretamente a maior parte do orçamento federal, inclusive a parte que deveria ser direcionada à seguridade social. Dessa forma, “do ponto de vista das fontes de financiamento, podemos afirmar que a seguridade tem caráter regressivo, pois não transfere renda do capital para o trabalho” (BOSCHETTI, 2009, p. 14)

É necessário lembrar que os avanços previstos na CF de 1988 no que toca aos direitos sociais e a seguridade social permaneceram basicamente na forma, visto que assegurados por lei, mas não tiveram a sua concretização de fato, principalmente no que diz respeito à princípios como a universalização, uma vez que

as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu

objetivamente numa universalização do acesso aos benefícios sociais. (MOTA, 2006, p. 3)

Observamos portanto que todo o processo de garantia das políticas de proteção social, até a década de 1990 ainda em construção e que, é preciso pontuar, são conquistas dos trabalhadores e não apenas concessões do capital, passa a sofrer profundas retrações de acordo com os preceitos neoliberais a partir da década de 1990. Momento em que, como destaca Mota, “as classes dominantes iniciam a sua ofensiva contra a seguridade social universal”. Dessa forma, nem bem posta em discussão a seguridade social e implementada a sua construção de fato, a sua restrição e “desmonte” começa a ser observada. De acordo com Yazbek,

no caso brasileiro, as políticas sociais que historicamente tem-se caracterizado pela subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista que emoldura a história econômica e social do país tenderão neste quadro de regressão de direitos a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito. (2001, p. 38)

É importante analisar todo esse quadro inserido num contexto mais geral pois

não se pode compreender a seguridade social em sua totalidade sem entender sua relação com a política econômica. A redução dos direitos, a restrição dos espaços democráticos de controle democrático e as contenções dos recursos têm íntima relação com a política econômica, que engole parte significativa do orçamento da seguridade social. (BOSCHETTI, 2009, p. 15)

Cabe pontuar ainda que “a seguridade social brasileira, fruto das lutas e conquistas da classe trabalhadora, é espaço de fortes disputas de recurso e de poder, constituindo-se em uma arena de conflitos” (BOSCHETTI, 2006, p. 16), logo, este campo é permeável tanto às estratégias do capital quanto às possibilidades de luta e resistência da classe trabalhadora. E apesar do cenário não lhe ser favorável tendo em vista o poder do capital sobre o Estado, não se deve adotar uma posição fatalista de que nada pode ser feito.

Devemos ressaltar que é na década de 1990 que se aprova a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), nesta

foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o

financiamento da política de Assistência Social. [...] Contudo, a sua implementação revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade das ações. (MOTA, 2008, p. 186)

No que diz respeito à “questão social”, esta será tratada ao mesmo tempo como caso de polícia e como caso de política, estratégia que tem sido adotada desde sempre é preciso ressaltar, mas é claro que com as particularidades do contexto social, político e econômico de cada período histórico. Nesse sentido, apontamos para o fato de que

as desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, reiteram-se ou agravam-se. Vários itens da questão social atravessam a história das várias repúblicas: as lutas operárias e camponesas, as reivindicações do movimento negro, o problema indígena, a luta pela terra, a liberdade sindical, o direito de greve, as garantias do emprego, o salário-desemprego, o acesso à saúde, educação, alimentação e habitação. Esses e outros itens aparecem em diversos momentos dessa história. [...] Uma história que revela a escassa “modernização” alcançada em determinadas esferas da sociedade, enquanto nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social. (IANNI, 1992, p.111)

A “questão social” apresenta atualmente ao mesmo tempo marcas do passado e do presente. Segundo Iamamoto,

a desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a. (2012, p. 37)

Nesse contexto temos uma radicalização da imagem da pobreza (Iamamoto, 2012), em que “é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção. São as “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida” (IAMAMOTO, 2012, p. 42)

A “questão social” será tratada portanto por meio de duas formas primordialmente, através da repressão e da assistência. Temos a figura de um

Estado ao mesmo tempo assistencial e penal. Segundo Wacquant (2013),

na era do assalariamento fragmentado e descontínuo, a regulação das famílias das classes populares não passa mais apenas pelo braço maternal e solícito do Estado-providência; ela se apóia também no braço viril e controlador do Estado penal. [...] O acesso à assistência social e à justiça criminal são, assim, animados por uma mesma filosofia punitiva e paternalista, que enfatiza a “responsabilidade individual” do “cliente”, tratado à maneira de um “sujeito”, em contraposição aos direitos e obrigações do cidadão [...]. (2013, p. 44, 46)

No que diz respeito ao campo da assistência social, o Estado intervirá principalmente por meio de programas focalistas e seletivos, impondo inúmeras condicionalidades para o acesso aos mesmos. Como exemplo podemos citar os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, a partir do governo Lula, e no período do governo Cardoso, o Bolsa escola, Bolsa Alimentação etc., todos de cunho focalista e que cumprem um papel no sentido de contribuir para assegurar a reprodução da força de trabalho, uma das funções estatais no capitalismo. Podemos dizer que

a incapacidade da economia para gerar novos empregos socialmente protegidos e dos sistemas de seguridade social para enfrentar o desemprego de longa duração e a precarização do trabalho demandaram a criação de novos instrumentos de intervenção social – os programas assistenciais de transferência de renda. [...] a predominância desse tipo de programa na agenda da seguridade social resulta das transformações operadas pelas reformas neoliberais, com a emergência de um novo padrão de proteção social. Essa modalidade de proteção coincide com a expansão do trabalho precarizado, cujos trabalhadores ficam fora do sistema previdenciário, dentre outros benefícios também eliminados. Considerando que só o trabalho formal é amparado pela legislação trabalhista, e também o grande volume de trabalhadores que têm ingressado no mercado de trabalho pela via da informalidade, não há dúvida de que uma fatia significativa da força de trabalho está excluída da proteção social. (TAVARES e SITCOVSKY, 2010, p. 203)

Destacamos que a partir de 2003 temos uma nova etapa da ofensiva neoliberal no Brasil, o que trará rebatimentos no processo de formação/ensino e no mercado de trabalho do Serviço Social, bem como nas requisições que são postas aos assistentes sociais pelo Estado que passa a responder às expressões da "questão social" através, prioritariamente, de políticas e programas voltados para a assistência social e, quando a ordem é ameaçada, pela repressão/coerção. Essa

realidade impacta diretamente na inserção que terá o assistente social nas várias instituições em que exercerá sua atuação e nas demandas que lhes são postas, assim como uma mudança no perfil profissional. O assistente social aparecerá mais uma vez como o profissional da coerção e do consenso, sendo

solicitado não tanto pelo caráter propriamente “técnico-especializado” de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras, ou, mais precisamente, sobre os segmentos destas que formam a “clientela” das instituições que desenvolvem “programas socioassistenciais”. Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como o profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político. Esta é, pois, uma característica que, não lhe sendo exclusiva, aparece nele com maior intensidade, tanto pelo significado da atividade assistencial, como pelas características mais peculiares da profissão, derivadas de sua trajetória histórica e constantemente atualizadas. (IAMAMOTO, 2013, p. 47)

O período a partir de 2003 com Luis Inácio Lula da Silva na Presidência da República não pode ser entendido apenas como uma etapa de continuidade dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), já que temos mudanças em alguns setores como no campo das políticas sociais por exemplo. Como dissemos anteriormente, nesse período o Estado passa a investir na assistência social como sua principal política social, enquanto que no governo FHC esta foi, prioritariamente, direcionada ao Terceiro Setor. Temos portanto um governo que privilegia a assistência, realidade que não se modifica significativamente com o governo de Dilma Rousseff. Segundo Behring,

[...] há inovações, [...], no governo Lula, mas se mantiveram muitos elementos de continuidade e que dificultam as possibilidades de consolidação da seguridade social como reforma democrática, contidas naquelas inovações. [...] As principais inovações na seguridade social seguramente se deram no campo da assistência social: a construção do SUAS e de todo o seu marco regulatório, o Estatuto do Idoso e a implementação da idade de 65 anos para o acesso ao BPC, o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família. (BEHRING, 2008, p. 160)

Após o governo FHC as políticas sociais continuam possuindo um caráter de focalização associada à seletividade, assim como permanece a mercantilização dos serviços sociais e uma expansão de políticas sociais compensatórias. A assistência

social se torna cada vez mais a política de proteção social e não *parte* da política de proteção social. Nesse sentido, devemos atentar para o fato de que

ao imprimir centralidade à política de assistência social no enfrentamento das contradições sociais, especialmente através dos programas de transferência monetária, as classes dominantes referendam a cultura da equidade e da assistência social como principal mecanismo de administração da desigualdade. (MOTA, 2008, p. 186)

No que se refere às análises a serem feitas sobre a forma como essa política tem sido pensada e implementada é necessário entender que

não podemos correr o risco de isolar a política de assistência social, vê-la em si, a partir de um ângulo interno, fora das relações sociais que a circunscrevem e tensionam, eliminando do cenário as contradições, os projetos, a política e a relação com a economia e a luta de classes. (BEHRING, 2008, p. 167)

Portanto, para compreender a política de assistência social atualmente, as ações desenvolvidas pelo Estado nessa área e, conseqüentemente, a forma como tem se desenvolvido, é preciso inserí-la num contexto mais geral, o do capitalismo dos monopólios sob a égide do neoliberalismo. Lembramos que

o primado liberal do trabalho ou, mais precisamente, do trabalho assalariado, materializou na história o princípio segundo o qual o homem deve manter a si e à sua família com os ganhos do seu trabalho, ou com a venda da sua força de trabalho. Visto que este princípio sustenta e funda a organização socioeconômica capitalista, a perspectiva e as iniciativas de instituição e garantia de renda por meio de políticas assistenciais, sob a forma de “renda mínima”, portanto dissociadas do exercício do trabalho, são profundamente permeadas por debates teóricos tensos, conflituosos e, como não poderia ser diferente, orientadas por perspectivas políticas e ideológicas antagônicas. (BOSCHETTI, 2001, p. 32)

Sabemos que as medidas neoliberais e todo o discurso para justificá-las surgiram como uma forma de tentar reverter as conseqüências da crise dos anos 1970 e que a “proposta conseguiu obter uma hegemonia ideológica mundial” (Iamamoto, 2012). Nesse sentido,

a partir dos fundamentos que materializaram a reestruturação produtiva, cujo propósito é a superação da crise, o capital engendrou transformações societárias que podem ser observadas mediante a análise das mudanças ocorridas nas formas de produção de mercadorias e no padrão de intervenção social do Estado. Contudo, esses mecanismos não foram suficientes para bloquear as suas manifestações, que acabam por aprofundar as desigualdades e a pobreza. A adoção das prescrições neoliberais em larga medida tem sido responsável por ampliar velhas manifestações da questão social e por suscitar novas. (TAVARES e SITCOVSKY, 2010, p. 200)

No que se refere às políticas sociais teremos um novo padrão de proteção social, que no caso do Brasil se traduzirá na adoção dos programas de transferência de renda como principal estratégia para redução das desigualdades, quando sabemos que esses programas atuam mais no sentido de promover a reprodução da força de trabalho para o capital e servem mais ao enfrentamento da pobreza absoluta, uma das funções do Estado, do que reduzindo as expressões da “questão social”. Logo,

a agenda neoliberal, ao redefinir o padrão de intervenção social dos Estados – numa nítida operação de desmonte – acabou por submeter parcelas crescentes da população a um padrão de proteção social organizado pelos princípios da focalização e da seletividade, quando não a serviços sociais públicos precários. (TAVARES e SITCOVSKY, 2010, p. 200)

Dessa forma, o que iremos verificar como características históricas que marcaram a assistência social no Brasil são:

a descontinuidade, pulverização e paralelismo, além de forte subjugação clientelista no âmbito das ações e serviços; centralização tecnocrática, fragmentação institucional, ausência de mecanismos de participação e controle popular e opacidade entre o público e o privado na esfera da gestão governamental e da atuação de entidades assistenciais que recebem recurso público. (BOSCHETTI, 2001, p.49)

Contudo, entre os avanços conquistados a partir do governo Lula, podemos destacar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS, 2005) que organiza a assistência em nível nacional, visando conferir materialidade ao que está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993). Segundo Behring,

o SUAS é realmente uma inovação. Desde 2004, após mudanças substantivas operadas pelo Governo Federal na equipe que conduzia a assistência social no país a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), acompanhamos uma espécie de choque de gestão e regulação na área da assistência social, por meio da criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). (BEHRING, 2008, p. 160)

Todo esse cenário vai impactar diretamente no que diz respeito a atuação do assistente social, suas demandas e requisições postas pelas instituições

empregadoras, exigindo em muitos casos um novo perfil profissional, o que tem relação direta com o sincretismo da prática profissional. Assim, discutiremos essa questão no próximo capítulo quando abordaremos a estrutura sincrética da prática profissional na área da assistência social.



## 4 Sincretismo da Prática Profissional na Assistência Social

Antes de partirmos para a análise do sincretismo da prática na assistência social, trazendo os elementos que permitem verificar como tem se apresentado atualmente e especialmente nessa área, devemos discutir alguns pontos já mencionados nos capítulos anteriores, mas que não foram relacionados diretamente com a problemática do sincretismo e da prática profissional. Entre eles o cotidiano, a “questão social” e os rebatimentos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no Serviço Social.

Como mencionamos no capítulo anterior, as mudanças processadas com a reestruturação produtiva, bem como com os impactos do neoliberalismo ocasionaram profundas modificações quanto ao papel do Estado e às respostas que passam a ser implementadas por este no que se refere à “questão social”, além de terem aprofundado algumas de suas antigas expressões e criado novas.

Esse quadro trouxe rebatimentos para a prática do assistente social, interferindo nas demandas que lhes são postas e nas requisições feitas pelas instituições empregadoras quanto ao perfil que deve possuir esse profissional. Além do fato de que os assistentes sociais também sofrem com os impactos da reestruturação produtiva como os demais trabalhadores, já que estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho, sendo trabalhadores assalariados. Estão sujeitos, portanto, à precarização do trabalho, realidade que interfere diretamente na forma como realizarão a sua intervenção nas expressões da “questão social” que se apresentam no seu cotidiano.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a ampliação da categoria profissional, que pode ter como motivo a maior ênfase dada à assistência social em detrimento das outras políticas que compõem a seguridade social, o que vai

demandar profissionais capazes de atuar nesse setor, entre eles o assistente social; e um outro motivo seria o aumento dos cursos de Serviço Social, facilitado pela abertura de cursos de graduação à distância. Atentando para o fato de que essa expansão não tem caminhado ao lado de uma formação profissional de qualidade.

Ao adotar constantemente o uso de novas tecnologias e novas formas de organização da produção a fim diminuir o tempo de rotação do capital que deve vir acompanhado da redução do *tempo de giro do produto* (HARVEY, 2013), o capitalismo promove não só a aceleração do processo produtivo e dos processos econômicos como um todo, mas também a aceleração da vida social (HARVEY, 2013). Nesse sentido, “[...] o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo”. (HARVEY, 2013, p. 161)

Esse contexto promove uma radical reestruturação do mercado de trabalho (HARVEY, 2013), em que podemos observar a redução do emprego regular que vem acompanhada do uso crescente de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, desemprego estrutural, retrocesso do poder sindical, desregulamentação dos direitos do trabalho etc., características que, a partir de seus desdobramentos na vida da classe trabalhadora, constituirão campo de trabalho, de intervenção para o assistente social. Segundo Harvey,

a adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista. Os trabalhadores, em vez de adquirirem uma habilidade para toda a vida, podem esperar ao menos um surto, senão muitos, de desabilitação e reabilitação no curso da vida. A destruição e reconstrução acelerada das habilidades dos trabalhadores foram, [...], uma característica central da passagem do fordismo para os modos flexíveis de acumulação. O efeito geral é, portanto, colocar no centro da modernidade capitalista a aceleração do ritmo dos processos econômicos e, em consequência, da vida social. (2013, p. 210)

Esse cenário vai impactar duplamente os assistentes sociais: como trabalhadores, pois sofrerão com essas mudanças no mundo do trabalho, enquanto profissionais assalariados, é claro que de acordo com as particularidades da profissão; e devido a condição de sua prática profissional, visto que seu objeto de intervenção é a “questão social”, *matéria-prima do trabalho profissional* (IAMAMOTO, 2012). Logo, algumas das “seqüelas” ocasionadas pela reestruturação produtiva, como o desemprego, por exemplo, e as muitas precarizações vivenciadas pelos trabalhadores, constituirão as demandas e o público-alvo do assistente social, principalmente daquele inserido na área da assistência social. Pois “na medida em que cresce o desemprego e se reduzem postos de trabalho formais, os sistemas de seguridade social são reestruturados e se desenvolve a tendência à expansão dos programas assistenciais de transferência de renda.” (TAVARES e SITCOVSKY, 2010, p. 181)

Verificamos que as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora serão profundamente afetadas por todo esse cenário de mudanças no capitalismo que demandará intervenção do assistente social, de acordo com as diversas áreas das políticas sociais em que estiver inserido, tendo nestas o seu instrumento de intervenção principal. Dessa forma,

o momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões de saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelo sujeito. (IAMAMOTO, 2012, p. 41)

Podemos perceber o quanto o objeto de intervenção do assistente social, a “questão social”, é variado e multifacetado. Esta apresenta inúmeras expressões e aparece no espaço do cotidiano, horizonte de intervenção desse profissional, das mais diferentes formas, o que nos leva a concluir que a “questão social” é um campo

por si mesmo sincrético. E muitas vezes se torna difícil estabelecer as relações de causa com o modo de produção capitalista e superar a aparência dos fenômenos.

O cotidiano de trabalho do assistente social será permeado por esse culto ao efêmero, experimentado sob as relações capitalistas de produção, pelo aceleração e fragmentação da vida social, em que verificamos também um individualismo exacerbado (HARVEY, 2010) e, mais do que nunca lhes serão demandadas respostas imediatas e pontuais para as demandas que se apresentam de forma fragmentada no dia a dia. Nesse sentido, compreendemos que

é inegável a força das atuais determinações do capitalismo, cuja produção flexível, ancorada na redefinição das noções de espaço-tempo, exige pressa, agilidade, eficiência e eficácia das ações profissionais, num nítido movimento que cria sérios obstáculos às operações intelectivas que busquem apanhar as particularidades e singularidades do real numa perspectiva de totalidade. Estas tendências encontram amparo no chamado pensamento pós-moderno que se ocupa do fragmento, do episódico e do presente, tendo ampla penetração nas ideologias profissionais e nos referenciais que conformam as atuais exigências do mercado de trabalho. Por isso mesmo, não estaria o Serviço Social imune a tal movimento que, por sinal, encontra um ambiente muito favorável a sua introdução se pensarmos na tradição prático-operativa da profissão. (MOTA, 2008, p. 193)

Ainda nesse espaço das várias tendências do mercado de trabalho, teremos a figura do trabalhador polivalente,

aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. O trabalhador deixa de ser um trabalhador “especializado” – e também o assistente social – sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições. (IAMAMOTO, 2012, p. 32)

Como já dissemos no capítulo 2, uma expressão do sincretismo da prática profissional do assistente social é a polivalência, que aparece como consequência da inespecificidade da prática. Dessa forma, nesse cenário de mudanças no mercado de trabalho, essa característica se intensifica e se torna cada vez mais difícil estabelecer as atribuições específicas do assistente social nas instituições em que exerce seu trabalho; uma vez que antes a polivalência aparecia apenas como consequência da inespecificidade, da prática indiferenciada, agora se mostra

também como uma das requisições postas a esse e outros profissionais. Logo, a polivalência se converte para os assistentes sociais ao mesmo tempo em consequência da estrutura sincrética da prática profissional e requisição do mercado de trabalho.

A transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil no que se refere ao campo social e conseqüentemente ao enfrentamento da “questão social” ocasionou alterações no mercado de trabalho, inclusive nos setores que empregam assistentes sociais. Notamos que

[...] constata-se uma tendência à refilantropização social, em que grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de “filantropia empresarial”. [...] Uma outra fatia do mercado profissional de trabalho encontra-se, hoje, constituída pelas organizações não governamentais (ONGs) [...]. (IAMAMOTO, 2012, p. 43)

No que concerne ao Serviço Social essa realidade pode aprofundar o sincretismo, pois como destacou Netto (2011), com o processo de profissionalização do Serviço Social rompe-se idealmente com suas protoformas mas permanece o anel de ferro que aprisiona a profissão. Nesse sentido, cortando-se com as práticas das suas protoformas, a profissão não se legitima socialmente por resultantes muito diversas. A sua prática, orientada por um sistema de saber e inserida institucionalmente na divisão social e técnica do trabalho, não vai muito além de práticas sem estes atributos. Esse contexto de refilantropização social, inclusive o que se pode chamar de refilantropização da assistência social (YAZBEK, 2001), no qual o assistente social também estará inserido enquanto profissional que atua no campo dos serviços sociais, contribui para que mesmo com o processo de profissionalização do Serviço Social a prática profissional continue sendo confundida com a prática relacionada às protoformas da profissão. O profissional é chamado a exercer, portanto, uma atuação por caminhos não muito diferentes da prática

filantrópica, em que a estrutura de sua prática interventiva quanto a sua operacionalidade aparece articulada às práticas das protoformas, sendo o assistente social “chamado a constituir-se no ‘moderno filantropo da era do capital’” (IAMAMOTO, 2009).

Lembramos que “existem traços característicos da prática institucional do Serviço Social, que tornam viável sua utilização pelo empresariado e pelo Estado, dentro de uma estratégia de dominação” (IAMAMOTO, 2009, p. 112), e entre as demandas que se apresentam está

a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. Inclui-se, aí, a necessidade do usuário ser levado a aceitar as exigências normativas e regulamentares de funcionamento da entidade como prioridades dos programas estabelecidos pelo órgão; a esta se soma a ação “educativa” que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio-institucionais dominantes. (IAMAMOTO, 2009, 113)

Como vimos, em decorrência das mudanças ocorridas com o neoliberalismo que impacta diretamente na intervenção do Estado na “questão social” e conseqüentemente no que toca às políticas sociais, também se modifica o perfil dos profissionais chamados a intervir nessa área, inclusive o do assistente social. Isso terá rebatimentos na formação acadêmica, no tipo de profissional que passa a ser exigido pelo mercado, em que parece se atribuir mais peso, por exemplo, à dimensão técnico-operativa, já que esta diz respeito aos instrumentais utilizados para a intervenção. Assim, se prioriza o “saber fazer” em detrimento do acúmulo de conhecimento teórico-crítico que permita a reflexão sobre a prática e oriente as ações profissionais. Numa sociedade que tende a segmentar teoria e prática, a profissão de Serviço Social aparece como uma atividade meramente prática, técnica. E como já salientamos, a requisição é que se realize uma intervenção pontual e imediata nas respostas às expressões da “questão social”, “visando à introdução de mudanças imediatas no contexto social” (IAMAMOTO, 2013, p. 60).

Contudo, é necessário que haja uma articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa na atuação da prática profissional do assistente social, sem que se conceda maior ênfase a uma ou outra. No caso de se atribuir maior peso para a dimensão técnico-operativa corre-se o risco de se desempenhar uma intervenção meramente tecnicista, vazia de qualquer análise crítica que permita apreender a totalidade e ir além da aparência das situações que se apresentam no dia a dia do profissional.

Esse quadro contribui para o sincretismo da prática, visto que o que se demanda é justamente uma intervenção tecnicista, que se manipule variáveis empíricas no sentido do rearranjo do cotidiano. Vejamos o que Netto (2011) nos aponta nesse sentido:

[...] essa profissionalização, se alterou de modo significativo a inserção sócio-ocupacional do assistente social (e o próprio significado do seu trabalho) em comparação com aquela do agente assistencialista não profissionalizado, pouco feriu a forma da estrutura da prática profissional interventiva, em comparação com a prática filantrópica. Mais precisamente: a profissionalização criou um ator novo que, alocado ao atendimento de uma demanda reconhecida previamente, não desenvolveu uma operacionalização prática substantivamente distinta em relação àquela já dada. [...] A profissionalização instaurou idealmente um quadro de referência e de inserção prático-institucional que cortou com as protoformas do Serviço Social. A representação intelectual do processo social, das mazelas que nele comparecem, das requisições técnicas que seu diagnóstico e tratamento reclamam etc. – estes passos, formalizados pelo assistente social, apenas episodicamente encontram-se nos agentes assistencialistas. A validação efetiva destes passos, todavia, permaneceu jungida à mesma eficácia que validava a prática assistencialista – a eficácia na manipulação de variáveis empíricas, no rearranjo da organização do cotidiano. Se, idealmente, a profissão colocou as bases para uma peculiar intervenção sobre as refrações da “questão social”, faticamente esta intervenção não se ergueu como distinta. Noutros termos: a forma da prática profissional, nas suas resultantes, não obteve um coeficiente de eficácia capaz de diferenciá-la de outras práticas, profissionais ou não, incidentes sobre a mesma problemática. (2011, p. 100)

É preciso destacar que essa realidade não deve ser debitada à conta dos assistentes sociais como se fosse sua culpa exercer tal intervenção, partindo apenas de sua vontade manipular ou não variáveis empíricas. Os determinantes que justificam a prática indiferenciada não são endógenos ao Serviço Social, dizem

respeito a estrutura da sociedade capitalista e a forma como o capital responde às mazelas originadas pelo seu próprio movimento, mazelas estas que compõem o objeto de intervenção da profissão, a “questão social”.

Netto destaca que

a funcionalidade do histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia de reorganização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano [...] conotando-se tecnologia de organização do cotidiano como manipulação planejada. [...] (2011, p. 96)

Nesse sentido, no que diz respeito à assistência social podemos citar como exemplo de manipulação de variáveis empíricas os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que tem sido a bandeira do governo no que se refere às medidas adotadas pela política de assistência social no enfrentamento das desigualdades sociais. O que o Estado vai demandar essencialmente quanto à aplicação desse programa é que os assistentes sociais que trabalham nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que tem como finalidade “organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica da política assistencial” (SIMÕES, p. 289), intervenham no sentido de realizar o registro e controle das famílias para o acesso a esse e outros “benefícios”. O que significa nada mais do que interferir numa determinada realidade para rearranjar/alterar, repondo-a no mesmo espaço do cotidiano, como Netto (2011) já pontuava. Essa pouca diferença entre a profissionalização e as protoformas se dá portanto nos resultados da ação profissional.

Essa realidade está diretamente relacionada ao horizonte do exercício profissional, o cotidiano, que tem como determinações básicas a heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva. Netto assinala que a dinâmica da vida cotidiana requisita dos indivíduos



respostas funcionais às situações, que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes – o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém o desfecho em si; no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade. (2005, p. 68)

Sabemos que o inteiro cotidiano dos indivíduos é invadido pela lógica do capital, em que se torna cada vez mais difícil apreender e desvelar os determinantes que estabelecem o processo de reificação das relações sociais. E o assistente social não está imune a esse cotidiano extremamente reificado. Logo, as condições para a intervenção do assistente social na sociedade burguesa estão marcadas pela reificação das relações sociais e, como já discutimos no capítulo 1, a reificação posta pelo fetichismo se situa como a estrutura específica da alienação na sociedade burguesa.

O cotidiano do exercício profissional é perpassado pela imediatez e pelo caráter interventivo da profissão. O Serviço Social enquanto profissão da prática fica reduzido às demandas das instituições empregadoras por uma atuação meramente executiva. Fator que é facilitado pelo próprio caráter das políticas sociais enquanto respostas dadas pelo Estado à “questão social”, já que são incapazes de resolvê-la. E possuem na maioria das vezes um caráter focalizado, seletivo e emergencial no que toca ao enfrentamento das desigualdades sociais, como é o caso dos programas de transferência de renda na assistência social.

Assim, além de atuar sob um objeto multifacetado e inerente ao modo de produção capitalista, portanto, não sendo possível promover o seu fim nessa sociedade, o assistente social também se utiliza de instrumentos para responder a essas demandas que são incapazes de solucioná-las. Intervindo de maneira a alterar determinada realidade mas sem conseguir realizar a sua reversão. A prática profissional do assistente social aparece, portanto, hipotecada à continuidade da

“questão social”. Segundo lamamoto,

o assistente social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativas a saúde, moradia, educação, relações familiares, infra-estrutura urbana etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. (2009, p. 114)

A partir do que a autora nos traz como campo passível da intervenção do assistente social podemos perceber a diversidade das demandas e situações sob as quais esse profissional é chamado a intervir, além do fato de cada uma dessas áreas apresenta uma infinidade de outras situações e demandas de acordo com suas particularidades. Assim, a área da assistência social, por exemplo, vai se deparar com as mais diversas expressões da “questão social”, desde o desemprego à fatores relacionados às relações familiares por exemplo, e cada uma dessas expressões poderá estar interligada com milhares de outras, podendo dizer respeito não só a assistência mas à saúde, educação etc. Lembrando que todas essas refrações da “questão social” terão como palco o espaço do cotidiano que, como já pontuamos, tem como características a imediaticidade, heterogeneidade e a superficialidade extensiva.

Tendemos a acreditar que mesmo munido de um arcabouço teórico crítico que permita ultrapassar a aparência dos fenômenos que se apresentam no horizonte do exercício profissional e que o assistente social possa realizar uma crítica da vida cotidiana, a fim de, como destaca lamamoto, “ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa“, sua prática continuará hipotecada às condições de intervenção que se apresentam sob o capitalismo e os instrumentos disponíveis para se responder às demandas.

Não queremos aqui descartar a necessidade do esforço coletivo da categoria profissional de pensar e propor formas de resistência e possibilidades de atuação profissional que, na medida em que respondam às demandas apresentadas pelas instituições empregadoras de acordo com suas exigências, também possam de alguma forma ir além, atendendo aos interesses e necessidades das classes trabalhadoras, já que “se o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, deve responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo co-responsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las” (IAMAMOTO, 2009, p. 120). Mas precisamos ter em mente que o assistente social possui uma autonomia relativa, bem como levar em consideração “as condições para a intervenção sobre os fenômenos sociais na sociedade burguesa consolidada e madura e a funcionalidade do seu Estado no confronto com as refrações da “questão social”” (NETTO, 2011, P. 100).

Desse modo,

[...] a imersão do aparato estatal burguês no enfrentamento dessas refrações, pela via privilegiada, mas nunca exclusiva, das políticas sociais, não pode ter como objetivo a sua resolução. Ademais das dimensões eminentemente políticas aí envolvidas (do exercício de coerção de classe à função sócio-coesiva, que se põe no plano da hegemonia que garante a direção pelo consenso), sua natureza de partícipe do jogo econômico, conatural à sua essência de classe, impede-o compulsoriamente de ir mais além de regulações que reequacionem as condições, setoriais e globais, adequadas à reprodução das relações sociais burguesas – logo, sua intervenção tende a ressituar, sobre bases ampliadas, as refrações da “questão social”, mas nunca a promover a sua eversão. Se esse modo de intervir ganha relevância em face de conjunturas críticas agudas, nos lapsos em que elas não se manifestam a ação estatal [...] tende a conformar uma cronificação das refrações da “questão social” (NETTO, 2011, p. 102)

A partir dessa análise do autor, cabe discutir a crítica dirigida por Iamamoto (2012) à Netto no que se refere à tese do sincretismo e da prática indiferenciada. Entre os elementos que traz para justificar sua posição está o fato de que acredita existir nessa tese do autor uma ausência de discussão quanto ao papel da

organização política dos profissionais, apontando que o círculo da análise do autor se fecha, “alimentando o fatalismo, pois não permite vislumbrar nem a presença dos movimentos revolucionários na história e nem horizontes de ruptura da positividade, em uma análise aprisionada num ‘pessimismo da razão’, que não dá lugar ao ‘otimismo da vontade política’” (IAMAMOTO, 2012, p. 271). E mais, a autora vai dizer, quanto ao que Netto discute em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* sobre o sincretismo, que

esse estranho silêncio sobre política, como instância de mediação da relação do homem com sua genericidade na análise de Netto [...], torna opaca, nesse texto, a luta de classes na resistência à sociedade do capital. Isso deriva de uma visão cerrada da reificação [...] e a alienação tende a ser apreendida como um estado e menos como um processo que comporta contratendências, porque as contradições das relações sociais são obscurecidas na lógica de sua exposição. (IAMAMOTO, 2012, p. 269)

Acreditamos que a base da diferença entre as teses dos autores está na diferente concepção que ambos adotam sobre o cotidiano e a alienação. Mas essa discussão não cabe neste trabalho<sup>1</sup>, além de não poder ser tão facilmente discutida em apenas alguns parágrafos, necessitando de um estudo mais aprofundado. Entretanto, esta é uma crítica que não podemos deixar escapar, já que estamos discutindo justamente o sincretismo da prática que se expressa através da prática indiferenciada e da manipulação de variáveis empíricas.

A partir da análise da discussão feita por Iamamoto (2012) entendemos que a autora parece atribuir peso demais à dimensão política, como se a vontade política dos assistentes sociais e sua organização enquanto categoria, aliada a um projeto contra-hegemônico para a sociedade e norteadas pela teoria social crítica, fosse suficiente/determinante para romper com a prática indiferenciada.

Concordamos com Iamamoto quando afirma que existem “múltiplas determinações que forjam a efetivação do exercício profissional no mercado de

---

<sup>1</sup>Pretendo aprofundar esse debate em meu mestrado que se iniciará em breve.

trabalho” (IAMAMOTO, 2012) e também entendemos estar a profissão atravessada pela luta de classes. Mas sua prática continua inserida no espaço do cotidiano, não sendo possível superar a sua imediatividade, ainda que se possa apreender as suas mediações, e tem como objeto de intervenção um campo por si mesmo sincrético e impossível de ser solucionado sob as condições existentes na sociedade capitalista. Logo, o assistente social permanece intervindo em demandas que em sua gênese não é capaz de resolver e tendo sua prática atravessada pela manipulação de variáveis empíricas, visto que esta é a modalidade específica de intervenção desse profissional. Somando-se, portanto, o cotidiano, enquanto horizonte do exercício profissional; a “questão social” enquanto eixo de demandas histórico-sociais do Serviço Social e, a manipulação de variáveis empíricas enquanto sua forma operativa, temos o cenário que põe os fundamentos da estrutura sincrética da prática profissional.

Como podemos ver, esses fundamentos estão além de qualquer capacidade teórico-crítica e de organização política que esse profissional possa ter. Ainda que vinculado a um projeto de sociedade defendido pela classe trabalhadora e comprometido com seus interesses, o assistente social continuará sendo chamado a intervir nas expressões da “questão social” de forma a promover a reprodução social da classe trabalhadora, tendo sua intervenção constantemente atravessada e limitada pelas possibilidades e condições que se apresentam na sociedade burguesa, e sendo requisitado pelo capital como um profissional que possa realizar ao mesmo tempo coerção e consenso. Na medida em que sabemos que “o capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada”, aparecendo “a demanda do Serviço Social pela classe capitalista, como uma das tecnologias colocadas a serviço da reprodução da

força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante para a classe trabalhadora” (IAMAMOTO, 2009, p. 119, 120).

Não queremos aqui apresentar uma visão fatalista da profissão. E faz parte de uma intervenção orientada por uma teoria social crítica e aliada aos interesses das classes trabalhadoras, adotar uma posição que se contraponha a idéia de um profissional que tenha como norte de atuação a realização do controle social através da coerção e do consenso, demandados pelo Estado e pelo capital, estando o primeiro subordinado aos interesses do segundo, como já sabemos. Nossa prática precisa estar orientada pelo nosso Código de Ética que tem como um dos seus princípios a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, e entendendo que “nosso projeto ético-político profissional não se contenta com o modelo capitalista do Estado de direitos” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 194). Todavia é preciso atentar para o fato de que

à prática profissional do Serviço Social é creditada a continuidade das reproduções (ou da cronificação) das refrações da “questão social” que, em verdade, dizem respeito à lógica dominante (mas não única) de todas as intervenções institucionais. Este crédito é tanto mais comprometedor quanto mais o desempenho dos profissionais aparece colado a agências estatais. [...] nas condições dadas pelos parâmetros que balizam a sua operacionalização, o máximo que se obtém com seu desempenho profissional é uma racionalização dos recursos e esforços dirigidos para o enfrentamento das refrações da “questão social”. Cria-se, então, o anel de ferro que aprisiona a profissão [...] O limite não é endógeno ao Serviço Social – o paradoxo aludido é aparente porquanto se dissolve quando analisada a sua raiz nas condições sociais da intervenção institucionalizada na sociedade burguesa consolidada e madura. [...] (NETTO, 2011, p. 103)

A crítica de Iamamoto (2012) à tese de Netto (2011) sobre o sincretismo e a prática indiferenciada traz ainda muitos outros elementos de discussão e que devem ser melhor estudados de forma mais aprofundada, mas como aqui não nos propomos e nem temos a pretensão de conseguir esgotar todo esse debate que, como dissemos, será discutido no mestrado, levantamos apenas algumas questões que entendemos que trazem uma contribuição e são importantes de serem

apontadas no sentido de compreender melhor o sincretismo da prática profissional e, assim, a prática indiferenciada e a manipulação de variáveis empíricas.

Portanto, passemos agora para uma análise mais direta da estrutura sincrética da prática profissional na assistência social. Ainda que essa discussão tenha perpassado todo o debate até aqui e ao longo desse trabalho tenhamos discutido os determinantes que nos trazem o sincretismo da prática, cabe agora trazer alguns exemplos que permitem verificar a prática indiferenciada e a manipulação de variáveis empíricas no trabalho do assistente social.

Acreditamos que o sincretismo da prática atravessa todas as áreas em que o assistente social está inserido e não apenas o campo da assistência social. Todavia, não poderíamos, apenas nesse trabalho, analisar como se dá esse sincretismo nos outros campos de atuação, visto que constituem uma gama extensa de atividades, devendo merecer um estudo mais atento a partir da análise de cada área e das políticas sociais a elas inerentes.

A assistência social enquanto política pública é assegurada constitucionalmente como parte do sistema de seguridade social, como vimos no capítulo 3, sendo atribuída a ela as funções de proteção social básica e especial, com foco na matricialidade sociofamiliar. De acordo com o exposto no texto Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2013) do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

na PNAS (2004) e na NOB (2005) a Proteção Social Básica está referida a ações preventivas, que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção, e possuem um caráter mais genérico e voltado prioritariamente para a família; e visa desenvolver potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e se destina a populações em situação de vulnerabilidade social. [...] a Proteção Social Especial refere-se a serviços especializados, destinados a pessoas em situações de risco pessoal ou social, de caráter mais complexo, e se diferencia da proteção básica por “se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” [...]. (2013, p. 8)

E segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS, 2005), “a proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar, territorialização, a proteção pró-ativa, integração à seguridade social e integração às políticas sociais e econômicas.” Abrimos um parênteses para o fato de que a aludida integração não ocorre de fato, já que as políticas da seguridade social dificilmente aparecem em articulação umas com as outras.

Os elementos dispostos pela PNAS e pela NOB/SUAS quanto à assistência social interferem diretamente no trabalho que será demandado do assistente social e conseqüentemente na forma como se dará a prática profissional. Nesse sentido, destacamos o entendimento que o Estado apresenta quanto à família na relação com a assistência social, dando a esta centralidade. Segundo a NOB/SUAS “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social”.

Destacamos também a discussão seguinte encontrada na PNAS que traz elementos para pensarmos o sincretismo da prática e visualizar que os determinantes que estabelecem esse sincretismo não são endógenos ao Serviço Social:

A inexistência de debate sobre recursos humanos tem dificultado também a compreensão acerca do perfil do servidor da assistência social, da constituição e composição de equipes, dos atributos e qualificação necessários à ações de planejamento, formulação, execução, assessoramento, monitoramento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios, do sistema de informação e do atendimento ao usuário desta política. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004:53).

Nessa direção, no que diz respeito a prática do assistente social e sua estrutura sincrética no trabalho desenvolvido na assistência social citamos o texto



*Possibilidades e Desafios na Prática Profissional dos Assistentes Sociais nos CRASs de Niterói* (2012) que nos traz o seguinte quanto às demandas requisitadas pela instituição: “o cadastro dos usuários no Programa Bolsa Família é a principal demanda institucional, assim como o acompanhamento das famílias cadastradas [...]” e mais,

a instituição requisita aos profissionais de nível superior além do cadastramento das famílias no Programa Bolsa Família, o acompanhamento sistemático das famílias referenciadas ao CRAS e visitas domiciliares referentes a casos de área de risco habitacional, maus-tratos a idosos, a crianças e adolescentes e isenção e renovação de IPTU. (COSTA, 2012, p. 141)

Podemos ainda citar outros trabalhos, entre os que foram pesquisados, que abordam a atuação do Serviço Social na área da assistência social e que trazem elementos para pensar na estrutura sincrética da prática profissional. A seguir destacaremos alguns trechos desses trabalhos. Entre eles um que trata da prática profissional na Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Maragogipe – Bahia, e descreve que

é atribuído ao assistente social a responsabilidade de prestar informações, orientar os requerentes sobre a documentação necessária para requerer o benefício junto ao INSS, e consecutivamente fazendo o encaminhamento para este órgão. Além de prestar esse serviço é de sua competência atender aos pedidos de benefícios eventuais como auxílio natalidade, viagem, funeral, moradia, alimentação e documentação, disponibilizadas pela secretaria através da Lei Municipal de Assistência Social para suprir essas demandas. (PEREIRA, 2013)

Citamos também um texto que nos traz a atuação do Serviço Social nos CRASs em João Pessoa – Paraíba:

pode-se dizer que a base maior das ações executadas pela equipe profissional nos CRASs refere-se, especialmente, aos encaminhamentos sobre as demandas efetuadas, que são objetos da ação dos Assistentes Sociais, destinando-se à prestação de serviços em seu território de abrangência. Deste modo, a ação inclui a realização de triagens, a orientação e esclarecimento de direitos, serviços e benefícios. (GOMES, 2013)

Outro trabalho, intitulado *Serviço Social e Trabalho: uma análise do trabalho do assistente social com base em pesquisa realizada na Região Fluminense* aponta o seguinte:

o trabalho dos profissionais na região tem utilizado como modalidades contato com familiares, levantamento socioeconômico, reunião com usuários, contato e reunião com familiares, e equipe técnica, desenvolvimento de programas sociais, contatos e reuniões com lideranças comunitárias e com gestores públicos, acompanhamento e avaliação de benefícios. (PINHEIRO, 2013)

Ressaltamos ainda as questões levantadas num texto que discute as atribuições do assistente social no município de Seropédica – Rio de Janeiro, em que uma das principais inquietações diz respeito ao fato de que a prefeitura teria passado para a Secretaria de Assistência Social a função de administrar o cemitério da cidade, ficando esta Secretaria também encarregada do auxílio funeral, e dirigindo a responsabilidade ao CRAS no que se refere a concessão deste. Destacamos o seguinte trecho: “No contexto da atuação profissional a falta de compreensão sobre o perfil do assistente social, gera insegurança ao questionar as suas atribuições dentro da sua área de atuação. Temos dúvidas se caberia as Assistentes Sociais do CRAS atender essa demanda”. E quanto às funções desempenhadas pelos assistentes sociais descreve:

a Equipe Técnica, constituída por duas Assistentes Sociais (sendo uma delas Coordenadora) e uma Psicóloga, é responsável pelas visitas domiciliares, palestras sócio-educativas, acolhimento, escuta e orientações, encaminhamentos e acompanhamentos às famílias cadastradas. A demanda em sua maioria é espontânea, mas há também usuários encaminhados por outros setores do município. (LOPES; GENÁRIO 2013)

Considerando os textos citados, podemos perceber elementos que nos fornecem subsídios para discutir e detectar a inespecificidade da prática profissional. Nos textos destacados, está presente a prática indiferenciada, num quadro em que o assistente social desempenha as mais variadas atividades e formas de intervenção.

Ainda nessa direção destacamos um trabalho que discute a prática profissional em uma Organização Não Governamental (ONG). Quanto às atribuições do assistente social expõe o seguinte:

dentro do espaço institucional, cabem aos assistentes sociais o atendimento mensal aos responsáveis pelas crianças/adolescentes. No decorrer desses atendimentos, o profissional verifica o cumprimento ou não das ações anteriormente programadas para a família, ações que vão desde a retirada de documentos à frequência escolar. [...] As assistentes sociais devem avaliar as justificativas para o não comparecimento dos responsáveis às reuniões marcadas, remarcar-las, controlar gastos com passagens, encaminhar para cursos profissionalizantes. [...] Nos atendimentos individuais, realizam encaminhamentos e fornecem orientações para questões e dificuldades expostas. São responsáveis, também, pela elaboração de um calendário com o dia que cada família terá seu atendimento individual e a programação das visitas aos hospitais de referência da instituição. (CORDEIRO e LIMA, 2012, p. 236)

Ressaltamos mais dois trabalhos que abordam a prática profissional. O primeiro discute a atuação do assistente social na equipe volante do CRAS do Município de Goiás. Os autores trazem como ações desempenhadas pelo Serviço Social o seguinte:

As ações realizadas pela equipe volante do CRAS no período de agosto a dezembro de 2012 foram: visitas aos assentamentos, realizando reuniões nas escolas e nos espaços abertos aos assentados e trabalhadores rurais, distritos pertencentes ao município de Goiás e o preenchimento de fichas socioeconômicas. [...] os objetivos principais consistiram em: apresentar o CRAS da Cidade de Goiás e a equipe volante; levantamento de elementos sociais, culturais e econômicos das famílias residentes nos assentamentos; informação dos serviços desenvolvidos pelo CRAS, bem como a divulgação dos benefícios mais solicitados como: Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Segurado Especial; PAIF; Inclusão no Cadastro Único dos programas federais para desconto na tarifa de energia elétrica, isenção de taxa para vestibular e concurso público, Carteira do idoso, entre outros. (CASTRO e PRADO, 2013)

O segundo trata do trabalho do assistente social no CREAS de Resende. Colhemos a seguinte afirmação: “Verifica-se que existe um conflito na definição de papéis (limites e especificidades das atuações) e no trabalho interdisciplinar entre psicólogo e assistente social.” (OLIVEIRA, 2013)

Ainda que não diga respeito à área da assistência social, podemos destacar também as considerações de COSTA (2000) a respeito da prática do assistente social na saúde em, *O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos*

### *Assistentes Sociais.*

A autora discute a participação e inserção dos assistentes sociais nos processos de trabalho desenvolvidos no Sistema Único de Saúde (SUS), trazendo algumas problematizações sobre as inquietações a respeito das ações do Serviço Social nas unidades de saúde, questionando se essas inquietações estão relacionadas à imprecisão da profissão (o que é, o que faz). Para a autora, constituem uma das variáveis que interferem na tensão existente entre as exigências do mercado e a idealização dos profissionais sobre as suas ações profissionais

a não consideração da subordinação do Serviço Social a determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, como o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras; e a frágil discussão sobre as particularidades da prática profissional nos serviços de saúde (2000, p. 37)

Notamos no texto, a partir da descrição de Maria Dalva da Costa das atividades desempenhadas pelos assistentes sociais nas unidades de saúde, que a inespecificidade da prática, a prática indiferenciada está presente no que diz respeito ao Serviço Social na área da saúde. Segundo Dalva,

tudo o que compromete, dificulta ou prejudica a qualidade do atendimento ao usuário é passível da intervenção do assistente social, independentemente do local de ocorrência: seja no laboratório de análises clínicas da unidade, na farmácia básica, na nutrição (copa e cozinha), na enfermaria, na lavanderia ou até na esfera das relações sociais, por ocasião de problemas entre usuários e equipe etc. (p. 69)

Segundo a autora está presente no Serviço Social a tensão entre o trabalho concreto e o “dever ser”, entre as exigências do mercado e a idealização dos profissionais sobre as suas ações profissionais.

Seguindo esse raciocínio, sinalizamos para um outro texto referente à atuação do assistente social na área da saúde. O trabalho intitulado *O desafio da inserção do Serviço Social num ambiente hospitalar: notas de experiência* e publicado nos anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) trata

das atividades desempenhadas pelos assistentes sociais no Hospital Regional de Rondonópolis no Mato Grosso. A autora afirma que,

a prática profissional no setor de saúde insere-se na tensão existente entre as exigências postas pela diversidade da demanda cotidiana, pela singularidade do trabalho e pela idealização dos profissionais sobre suas ações. Por mais que os assistentes sociais se articulem e criem estratégias para construir e/ou implantar o seu projeto ético-político, se encontram constantemente numa situação de atuar e concomitantemente esclarecer o papel e a especificidade tanto do Serviço Social como dos demais profissionais que compõem o setor saúde. (ANJOS)

Quanto à atuação dos assistentes sociais, destaca que

tudo aquilo que se apresenta difícil de conduzir, no âmbito das relações humanas e sociais, como desestruturação familiar, falta de transporte, alimentação, entendimento acerca de uma patologia, acompanhamento e litígio dos cuidados do doente que possui várias esposas, informar sobre o óbito ocorrido, informações à família sobre risco cirúrgico a que está exposto o usuário, são situações remetidas ao Serviço Social. (ANJOS)

Notamos neste trabalho que o debate sobre a especificidade da prática está presente e que fornece elementos para uma análise no sentido de afirmar a tese de Netto, assim como os textos anteriormente discutidos. Nesse sentido, é importante destacar o seguinte trecho do texto citado,

o Serviço Social, por se configurar como uma profissão que não detém com exclusividade uma base teórico-metodológica, valendo-se de outras ciências, o que não significa não ser capaz de produzir conhecimento, tende a ser compreendido pela grande maioria como de pouca relevância e expressão, ou seja, de menor status, se é que pode ser mensurado, pois na divisão social do trabalho o Serviço Social não apresenta de imediato e concretamente os resultados que as outras categorias o fazem ou apontam. Soma-se a isso, o fato de que suas especificidades aparentam ser do domínio de todos; todos se acham em condição de indicar ou induzir condutas que o assistente social deve adotar. (ANJOS)

Um outro texto, *Assistência à UTI do Hospital Universitário Onofre Lopes: demandas ao Serviço Social*, publicado nos anais do XIV CBAS, traz as seguintes considerações:

as Assistentes Sociais dão orientações de visitas na UTI e outras orientações em nível familiar, previdenciário, assistencial, etc. [...] O Serviço Social orienta familiares e/ou responsáveis acerca do atestado médico [...]. O acesso de cartórios para fins de procuração dando poderes a outro familiar para agir em nome do usuário internado na UTI é outra demanda posta, em que o Serviço Social dialoga com a equipe de enfermagem e/ou médica [...]. [...] orientações referentes à: documentação para emissão da declaração de óbito; encaminhamento ao Serviço de Verificação de Óbito

(SVO), se necessário; liberação do corpo junto ao necrotério do Hospital; registro do óbito no cartório; e questões previdenciárias e/ou assistenciais. (ELEUTÉRIO, 2013)

### E mais, ainda quanto à demandas solicitadas

São apresentadas diversas demandas por familiares e/ou responsáveis as Assistentes Sociais referentes a seu familiar internado na UTI. Quanto à visita essas demandas se referem a: organização [...] e proibição de visita devido a conflitos familiares, cabendo a Assistente Social orientar familiares a refletirem que o fundamental é o bem-estar do usuário internado e que não cabe ao Serviço Social proibir visita ao usuário, mas mediar, nesses casos, a organização da visita. [...] É solicitado pela equipe que as Assistentes Sociais realizem comunicação com familiares e/ou responsáveis, a fim de que eles tomem providências quanto a: entrega a UTI de medicamento que o usuário estava fazendo uso antes da internação; entrega na UTI de prescrição médica a familiares e/ou responsáveis para recebimento de medicamento, necessário ao usuário, junto à outra instituição; autorização por familiares e/ou responsáveis de procedimento cirúrgico a que o usuário deverá ser submetido; convocação de familiares ao HUOL para a comunicação de óbito. (ELEUTÉRIO, 2013)

Podemos citar ainda outros dois trabalhos que nos permitem enxergar a prática indiferenciada. O primeiro aborda a prática profissional no Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro, quanto as atribuições desempenhadas descreve:

Atualmente, o Serviço Social está vinculado à Gerência de Atendimento e suas principais atribuições são: a) executar atividades de atendimento aos segurados ativos e inativos e ao pensionista; b) prestar orientação previdenciária e assistencial aos segurados e pensionistas e proceder a abertura dos processos de requerimento de pensão e pecúlio; c) encaminhar os segurados e pensionistas ao órgão de Perícia Médica da Secretaria Municipal de Administração; d) executar estudos e projetos na área de Serviço Social para segurados, pensionistas e respectivos dependentes; e) encaminhar e prestar orientação social aos segurados e pensionistas, no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; f) estruturar e coordenar ações interdisciplinares nas áreas de desenvolvimento social e qualidade de vida; g) prestar assessoria técnica em matéria de Serviço Social aos órgãos internos do PREVI-RIO; h) estabelecer intercâmbio com órgãos da administração direta e indireta, entidades privadas para o desenvolvimento de parcerias e ações de cooperação mútua no campo da assistência social; i) realizar visitas a segurados e pensionistas impossibilitados de locomoção; j) realizar diligências e averiguações, fornecendo subsídios técnicos para a aplicação das normas previdenciárias e assistenciais; l) realizar palestras sobre a concessão de aposentadoria, pensão, benefícios, auxílios e serviços assistenciais concedidos pelo PREVI-RIO (RIO DE JANEIRO, 2010). (CESAR e SILVA, 2013)

O segundo texto discute o Serviço Social no campo sócio jurídico na Defensoria Pública do estado da Paraíba, e diz o seguinte quanto às atividades desenvolvidas:

o assistente social atuará na política de assistência jurídica, com casos de: pedido de regulamentação de guarda, visitas e pensão alimentícia, conciliações, mediações de conflitos, familiares e extrafamiliares, encaminhamentos para outros órgãos assistenciais como Centros de Referência, delegacias especializadas em violência contra a mulher etc. (SOUZA; LOPES, 2013)

A partir dos textos citados podemos perceber que o sincretismo da prática não se apresenta apenas na área da assistência social, o que nos permite caminhar no sentido de afirmar a tese de Netto (2011).

Notamos que o assistente social nas diversas instituições e áreas em que exerce a sua atuação encontra uma gama imensa de demandas e possibilidades de intervenção que são possíveis justamente pelo caráter multifacetado que possui aquela que compõe o eixo de demandas histórico-sociais do Serviço Social, a “questão social”. Segundo Netto (2011),

[...] já se tornou lugar-comum detectar o eixo original de demandas histórico-sociais que convoca o Serviço Social como profissão no que se convencionou chamar de “questão social” [...]. Entretanto, o que ainda não foi inferido em toda a sua amplitude é a natureza difusa assumida pela “questão social”, que se instaura como objeto polifacético e polimórfico para uma enorme variedade de intervenções profissionais; seria mais exato, aliás, apontar para a multiplicidade problemática engendrada pela “questão social”, enquanto complexo de problemas e mazelas congeniais à sociedade burguesa consolidada e madura. (2011, p. 93)

E mais, aponta também que o assistente social é confrontado em sua prática pelo

tecido heteróclito em que se move a sua profissionalidade: a teia em que se vê enredada se entretetece de fios econômicos, sociais, políticos, culturais, biográficos etc., que, nas demandas a que deve atender, só são passíveis de desvinculação mediante procedimentos burocrático-administrativos. (NETTO, 2011, p. 94)

E pudemos perceber também que nos diversos trechos descritos a inespecificidade da prática profissional, assim como a manipulação de variáveis empíricas e a polivalência, enquanto “consequência da peculiaridade operatória do Serviço Social” (NETTO, 2011) estão presentes. Como já salientamos, Netto vai dizer que a polivalência “acabou por se converter num sucedâneo de estratégia

profissional – possibilitou, entre outras formas de integração e inserção institucionais, a ocupação de espaços profissionais emergentes [...]” (2011, p. 106).

Acreditamos que essa polivalência continua possibilitando que os assistentes sociais ocupem espaços emergentes no mercado de trabalho. Dessa forma, a inespecificidade profissional acaba facilitando para que esses profissionais assumam novas posições em diversos campos de atuação. Além do fato de que “a imprecisão vigente quanto à delimitação das atribuições desse profissional pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidades de redefinição de suas estratégias de trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 120).



## Considerações Finais

O estudo realizado nos permite caminhar no sentido de afirmar a tese de Netto (2011) sobre o sincretismo da prática profissional que podemos observar na assistência social, suspeitando que atravesse as outras áreas em que o Serviço Social está inserido, pois este, como afirma o autor, “expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal” (2011, 92), daí que não se apresenta apenas em uma área específica de atuação profissional.

Também entendemos que a atual conjuntura do capitalismo dos monopólios em sua fase imperialista, em que predomina o capital financeiro, bem como sob a ofensiva neoliberal e os impactos nas políticas sociais e na esfera do Estado, tende a atualizar e radicalizar o sincretismo da prática. Num cenário em que se intensificam as contradições próprias desse modo de produção e o processo de reificação das relações sociais, na medida em que o capital ocupa todos os espaços da vida social e torna tudo passível de ser mercantilizado, o inteiro cotidiano do indivíduo é invadido pela lógica do capital.

O assistente social se vê num dilema constante. A sua prática é atravessada diariamente pela

tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. [...] Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. (IAMAMOTO, 2012, p. 416, 424)

Destacamos que o trabalho do assistente social também está sujeito às determinações da cotidianidade e às implicações impostas pela alienação na sociedade capitalista.

É preciso dizer que não foi possível esgotar o debate sobre a estrutura sincrética da prática profissional nesse trabalho e nem nos propusemos a tal empreitada. Visto que, sabemos que existem ainda muitos elementos que devem ser discutidos e melhor trabalhados, como o cotidiano e a problemática da reificação, assim como seus rebatimentos nas formas de intervenção que são realizadas pelos assistentes sociais através da manipulação de variáveis empíricas. E outras diversas questões que são apontadas por Netto no decorrer de sua tese.

Esse foi, portanto, um primeiro passo no sentido de tentar desvendar como tem se apresentado o sincretismo da prática do Serviço Social na atualidade, mais especificamente na área da assistência social. A partir do que trabalhamos foi possível perceber que a inespecificidade da prática profissional que decorre numa prática indiferenciada, bem como a manipulação de variáveis empíricas continuam atreladas ao exercício profissional do Serviço Social, resultando não poucas vezes numa crise de identidade profissional do assistente social.

## Referências

ANJOS, V. L. H. *O desafio da inserção do Serviço Social num ambiente hospitalar: notas de experiência*. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BARROCO, Maria Lucia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais*. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (org.). *Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação*. In: Programa de Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, UnB/CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001.

BRAGA, Ruy. *A Vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo*. In: BRAGA, R.; ANTUNES, R. (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. *Norma Operacional Básica: NOB/SUAS*. 2005.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. 2005.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo. Esboço econômico*. São Paulo: Nova cultural, 1988.

COSTA, Maria Dalva Horácio. *O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais*. In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n°. 62, 2000.

CASTRO, A. G.; PRADO, L. F. S. *A Atuação do Assistente Social na Equipe Volante do Centro de Referência de Assistência Social do Município de Goiás*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

CFESS. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. Brasília, 2013.

CESAR, M. J.; SILVA, N. C. *A Experiência do Serviço Social no Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

COSTA, Joelma Santos da. *Possibilidades e Desafios na Prática Profissional dos Assistentes Sociais nos CRASs de Niterói*. In: ACOSTA, L. E.; SILVA, M. A. P. (org.). *Trabalho Social: estudos sobre prática e exercício profissional do assistente social*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012. p. 135 – 148.

DOSTOIÉVSKI, F. *Gente Pobre*. 1 ed. São Paulo: editora 34, 2009, p. 138.

ELEUTÉRIO, A. P. S. de et al. *Assistência à UTI do Hospital Universitário Onofre Lopes: demandas ao Serviço Social*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

GOMES, M. F. L. de et al. *Uma Breve Reflexão sobre a Atuação do Assistente Social nos CRASs em João Pessoa PB*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

GORKI, M. *A Mãe*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 15 – 16.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. *Renovação e Conservadorismo*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Questão Social no Capitalismo*. 2000.

IANNI, Octavio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, S. M.; CORDEIRO, V. B. *Refletindo a Prática Profissional a partir da Experiência de Trabalho em uma Organização Não Governamental*. In: ACOSTA, L. E.; SILVA, M. A. P. (org.). *Trabalho Social: estudos sobre prática e exercício profissional do assistente social*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012. p. 221 – 244.

LOPES, C. S.; GENÁRIO, F. C.. *Serviço Social e CRAS: as atribuições do assistente social no município de Seropédica*. In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*. 2013.

LUXEMBURGO, *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MANDEL, Ernest. *Tratado de Economia Marxista*. Cidade de México: Ediciones Era, 1969.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume I: O processo de produção do capital. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3, volume 4: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTEIRO, V. F. *Reflexões sobre Serviço Social e Trabalho: discutindo a atuação do assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

MOTA, Ana Elizabete. *A Cultura da Produtividade e da Insegurança no Novo Mundo do Trabalho*. In: Revista Inscrita. N° 3. 2002.

\_\_\_\_\_. *Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes*. In: MOTA, A. E. (org.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. *As Tendências da Política de Assistência Social, o SUAS e a Formação Profissional*. In: MOTA, Ana E. (org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. *Transformações Societárias e Serviço Social*. In: *Serviço Social e Sociedade*. N° 50. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. (organização). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_, CARVALHO, M.C. Brant de. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. São Paulo: Cortez, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil*. In: Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ano II, N° 3 – Janeiro a Junho de 2001.

OLIVEIRA, C. R. F.. *O Trabalho do Assistente Social em uma Equipe Interdisciplinar no CREAS de Resende*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

PEREIRA, C. O. J.. *A Política de Assistência Social enquanto Espaço de Atuação do Serviço Social na Secretaria de Desenvolvimento Social no Município de Maragogipe – BA: um relato de experiência*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

PINHEIRO, L. F. de et al. *Serviço Social e Trabalho: uma análise do trabalho do assistente social com base em pesquisa realizada na Região Fluminense*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

SIMÕES, Carlos. *Curso de Direito do Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

SOUZA, R. S.; LOPES, N. D. *O Serviço Social no Sócio Jurídico: análise da prática do assistente social na Defensoria Pública do estado da Paraíba*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). 2013.

SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TAVARES, Maria Augusta; SITCOVSKY, Marcelo. *O Caráter Provisório dos Mecanismos de Reprodução da Força de Trabalho*. In: MOTA, Ana E. (org.). *As Ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: UFPE, 2010.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 1ª reimpressão, 2013.